

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

LOURENÇO SANTOS REGIS

**NOTAVELMENTE INVISÍVEIS: INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RUA DE UM
BAIRRO PERIFÉRICO**

**SÃO CRISTÓVÃO
2018**

LOURENÇO SANTOS REGIS

**NOTAVELMENTE INVISÍVEIS: INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RUA DE UM
BAIRRO PERIFÉRICO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe como parte das exigências para conclusão do Mestrado Acadêmico em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes

**SÃO CRISTÓVÃO
2018**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R337n Regis, Lourenço Santos
Notavelmente invisíveis : indivíduos em situação de rua de um
bairro periférico / Lourenço Santos Regis ; orientador Marcelo Alario
Ennes. -- São Cristóvão, SE, 2018.
93 f.: il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de
Sergipe, 2018.

1. Sociologia. 2. Estratificação social. 3. Vida de rua. 4. Identidade
social. 5. Características nacionais. I. Ennes, Marcelo Alario, orient. II.
Título.

CDU 316.34

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo estabelecer a compreensão das relações de poder entre a população de rua do bairro Rosa Elze, a comunidade e os agentes estatais de repressão e assistência social locais, através da reflexão acerca das condições relacionais (estruturais e de agência) que determinam a autonomia do indivíduo em sociedade; do mapeamento de hábitos e discursos que nos permitam analisar expressões de processos identitários que revelam sua demarcação espacial e social; da identificação de bens materiais e imateriais em disputa entre os sujeitos de pesquisa e da análise dos mecanismos de poder entre os sujeitos de pesquisa através de comparação empírico-teórica e bibliográfica do objeto de pesquisa. Pudemos, desse modo, a partir desta empresa, positivar a hipótese inicialmente confrontada, de que nos bairros periféricos, resididos predominantemente por uma população de classe média-baixa a baixa, tais relações de poder ao longo desta dissertação esmiuçadas possuiriam uma configuração esta que, em razão de apresentar uma menor distância econômica e cultural entre os indivíduos em situação de rua e a comunidade, conseqüentemente o estranhamento e as tensões sociais entre os agentes acima citados e o Estado seriam igualmente menores. Isto é, a distância entre os distintos capitais detidos pelos indivíduos de uma mesma localidade é inversamente proporcional à intensidade e frequência dos conflitos entre os mesmos.

Palavras-chave: sociologia relacional; processos identitários; indivíduos em situação de rua.

ABSTRACT

This dissertation aims to establish an understanding of the power relations between the street population of the Rosa Elze neighborhood, the local community and the local agents of repression and local social assistance, through reflection on the relational conditions (structural and agency) that determine the autonomy of the individual in society; the mapping of habits and discourses that allow us to identify what kind of identity processes are expressed in the place and affect their spatial and social demarcation; the identification of material and immaterial goods in dispute between the subjects of research and the analysis of the mechanisms of power between the subjects of research through empirical-theoretical and bibliographic analysis of the research object. In this way, we could affirm the hypothesis that was initially confronted, that in the peripheral neighborhoods, predominantly inhabited by a middle-low to low population, such relations of power, throughout this dissertation, would have a configuration that, because of the lower economic and cultural distance between the individuals in the street and the community, consequently the estrangement and social tensions between the agents mentioned above and the State would be equally minor. This means, the distance between the different capitals held by the individuals of the same locality is inversely proportional to the intensity and frequency of the conflicts between them.

Palavras-chave: relational sociology; identity processes; individuals on the street.

*Dedico esta dissertação à ciência e sua
possibilidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Estado brasileiro, aos pagadores de impostos, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Universidade Federal de Sergipe (UFS), ao seu Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), ao Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes, a João Nelly de Menezes Regis, a Telma Suely Marques Regis e aos indivíduos em situação de rua do bairro Rosa Elze, por possibilitarem, direta ou indiretamente, o meu ingresso no Mestrado em Sociologia nesta instituição e contribuírem para o acesso à bolsa de pesquisa que me permitiu concluí-lo.

Agradeço à jovem sociologia, por me inquietar e me prover problemas tão complexos e interessantes; por me oferecer a chance de perseguir uma melhor ciência, mais precisa e mais objetiva, continuamente.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder (GEPPIP) e aos colegas de turma do Mestrado em Sociologia pelas eventuais discussões e informações necessárias ao cumprimento deste esforço.

Aos colegas da Mesa da Irracionalidade, e sobretudo aqueles com quem tive mais discordâncias, pelos debates incansáveis, pela firmeza de posições, pela dureza das críticas e pelo irremediável ceticismo.

Ao meu violão, por ser em muitos casos a única coisa capaz de me oferecer algum tipo de prazer e tranquilidade interior.

Sou grato por ter chegado até aqui. Grato por ter alcançado esta conquista. Por muito tempo eu acreditei que não teria motivação ou forças. Me sinto bastante satisfeito com o tema que escolhi, o modo como o abordei e por ter resistido até aqui.

*Considerando a impossibilidade de justificar as práticas a não ser pela revelação sucessiva da série de efeitos que se encontram na sua origem, a análise faz desaparecer, em primeiro lugar, a estrutura do estilo de vida característicos de um agente ou de uma classe de agentes, ou seja, a unidade que dissimula sob a diversidade e a multiplicidade do conjunto de práticas realizadas em campos dotados de lógicas diferentes, portanto, capazes de impor formas diferentes de realização, segundo a fórmula: [(habitus) * (capital)] + campo = prática. Ele faz desaparecer, também, a estrutura do espaço simbólico delineado pelo conjunto dessas práticas estruturadas, de todos esses estilos de vida distintos e distintivos que se definem sempre objetivamente – e, às vezes, subjetivamente – nas e pelas relações mútuas.*

– Pierre Bourdieu

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 SOCIOLOGIA RELACIONAL, IDENTIDADES E RELAÇÕES DE PODER	15
2.1 Autonomia Relativa do Indivíduo em Sociedade	15
A estrutura das relações interdependentes	16
Da autonomia relativa do indivíduo	23
2.2 Processos Identitários e Relações de Poder	27
Da identidade nacional às identidades globais	28
Cultura e identidade	34
Processos identitários: identidade e relações de poder	37
3 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	42
Fundamentos teóricos e epistêmicos	43
Fundamentos metódicos e técnicos	46
Da construção do objeto e da aplicação empírica	54
4 INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RUA, COMUNIDADE E ESTADO	57
A praça do Rosa Elze	59
Caracterização dos sujeitos de pesquisa e suas relações sociais	61
Indivíduos em situação de rua: o centro e a periferia	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
6 REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	89

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I – A Praça do Roza Elze	90
Figura II – Modificações no Espaço Habitado	91
Figura III – População de Rua da Praça do Rosa Elze	90
Figura IV – População de Rua da Praça do Rosa Elze	91
Figura V – População de Rua e Comunidade	92

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como foco as relações entre (a) indivíduos em situação de rua localizados no bairro Rosa Elze¹, (b) a comunidade na qual estão inseridos e (c) as instituições públicas que possuem relações com tais indivíduos². Neste bojo, interrogamo-nos como são caracterizadas as relações de poder entre os agentes acima especificados, através do acionamento da identidade dos indivíduos em situação de rua enquanto mecanismo de poder e distinção, seja para fins de solidariedade, exclusão ou sobrevivência. Para amparar a caracterização dessas relações, acionaremos um aparato teórico que perpassa desde o viés estrutural até o interacional, de modo a identificarmos – ou darmos pistas disso – em que medida essas relações se constroem entre os diversos níveis de análise social, do macrossocial (de tendência mais estrutural) ao microssocial (de tendência mais interacional).

A hipótese confrontada é a de que, nos bairros periféricos, resididos predominantemente por uma população de classe média-baixa a baixa³, tais relações acima descritas possuiriam uma configuração tal que, em razão de apresentarem uma menor distância econômica e cultural⁴ entre os indivíduos em situação de rua, agentes públicos e comunidade, conseqüentemente o estranhamento e as tensões sociais entre os agentes acima citados seriam igualmente menores. Isto é, a distância entre os distintos e diversos capitais detidos pelos indivíduos de uma mesma localidade é inversamente proporcional à intensidade e frequência dos conflitos entre os mesmos, de maneira geral.

O objetivo geral deste projeto é compreender as relações socioculturais e políticas entre (a) população em situação de rua localizada no bairro Rosa Elze, (b) comunidade – no que se inclui moradores locais, comerciantes, organizações religiosas e estudantes (c) e agentes de repressão e assistência social. Tal compreensão será efetuada a partir de observações e entrevistas, da análise teoricamente norteada de tais relações sociais (estruturadas e interacionais) nas quais se verifiquem os processos identitários a partir delas construídos. Em

¹ Bairro situado em São Cristóvão, município de Sergipe.

² Tais quais da polícia e de assistência social.

³ Estas categorias foram inferidas através de dados de renda média e IDHM obtidos junto ao Censo do IBGE de 2010.

⁴ No segundo tópico do segundo capítulo abordaremos tal conceito de modo mais preciso.

decorrência, tomaremos por objetivos específicos (1) refletir de maneira abstrata acerca das condições relacionais (estrutura e agência) que incidem sobre as ações individuais e coletivas, em termos teóricos e metodológicos; (2) mapear hábitos e discursos relacionados aos processos identitários, por extensão de demarcação social e espacial (relações de poder); (3) identificar bens materiais e imateriais (ou sua ausência) em disputa entre os agentes envolvidos; e, por fim, (4) caracterizar os mecanismos de poder (estigma, exclusão, sobrevivência, solidariedade etc.) entre os sujeitos de pesquisa acima indicados através de análise empírico-teórica do objeto.

Em artigo jornalístico recente publicado pelo G1, Fontenelle afirma existir na zona metropolitana de Aracaju uma média de 400 moradores de rua, elencando, com ajuda de pesquisadores das áreas de psicologia e psiquiatria, algumas explicações mais comuns para a incidência do, assim referido, “problema social”, tais quais “envolvimento com drogas, álcool, violência e, principalmente, abandono familiar”. O artigo oferece ainda algumas indicações de soluções institucionais para o problema. As explicações acerca das causas de incidência correspondem aos fatos, embora nos seja pertinente considerar que o problema pode ser abordado de modo mais amplo, a iniciar pela negação da restrição analítica do fenômeno ao âmbito da saúde pública (FONTENELLE, 2013).

A partir de observações junto ao bairro Rosa Elze⁵, pudemos notar que o modo de vida errante se apresenta, em alguns casos, mais suportável ao indivíduo em situação de rua do que sua condição anterior, domiciliar, segundo relatos coletados através de entrevistas. Se a literatura acadêmica acerca do fenômeno nos centros metropolitanos do sul do país diagnostica a relação dos indivíduos em situação de rua com o restante do mundo social algo problemático para ambos, no que se faz necessário intervir por seu modo de vida e saná-lo, corrigi-lo, não é assim que tal fenômeno se apresenta, em muitos aspectos, na praça do bairro Rosa Elze, segundo relatos de comerciantes, moradores, agentes policiais e assistenciais. O discurso da comunidade, em média, indica que consideram o modo de vida dos indivíduos em situação de rua pouco desejável, no entanto sem manifestações fortes de repúdio ou comiseração. Segundo relato dos indivíduos em situação de rua, não houve tentativas pungentes tanto de reinserção quanto de exclusão por parte dos órgãos oficiais ou da

⁵ Observações feitas em 2017 no bairro de periferia Rosa Elze, localizado no município de São Cristóvão, região metropolitana de Aracaju, considerado, aqui, em termos socioeconômicos, de classe baixa, através de critérios como renda e escolaridade de seus habitantes.

comunidade; havendo, no entanto, relatos de algumas poucas intervenções de assistência (comida e vestimenta) por parte de entidades espíritas e católicas e do Centro POP. O bairro possui um Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) que abriga e acolhe alguns moradores de rua que buscam ajuda espontânea, segundo relato do coordenador do centro.

A grande maioria dos estudos acadêmicos nacionais a respeito do tema⁶ tomam por recorte o centro da cidade, fato que torna os agentes em conflito (moradores de rua, comerciantes, domiciliados, profissionais e consumidores) socioeconômica e culturalmente mais distintos. A partir disso, e sobretudo para demonstrar em que intensidade progridem tais relações de conflito e solidariedade relativamente à variação dos seus fatores de incidência – como, por exemplo, a renda média e a escolaridade da comunidade na qual se localizam, a existência de centros de consumo, o investimento público em enobrecimento arquitetônico etc. –, consideramos que o estudo das relações sociais entre indivíduos em situação de rua, comunidade e instituições em um bairro periférico se mostra objeto de estudo sociológico justificável do ponto de vista de sua relevância científica e social.

Por fim, do que tange a estrutura e divisão tópica desta dissertação, estas serão divididas da maneira a seguir. O segundo capítulo, Sociologia Relacional, Identidades e Relações de Poder, cumpre por meta alcançar o objetivo específico disposto no primeiro item, qual seja o de “refletir acerca das condições relacionais (estrutura e agência) que incidem sobre as ações individuais e coletivas”.

O primeiro tópico deste capítulo, *Autonomia Relativa do Indivíduo em Sociedade*, empreende uma análise de uma gama de autores contemporâneos que levam em consideração certa noção de estrutura social na análise de fenômenos sociais; destacam-se as noções de estruturação, do sociólogo Anthony Giddens e as noções de *habitus* e configuração dos sociólogos Pierre Bourdieu e Norbert Elias, respectivamente, a partir dos seguintes eixos analíticos: (a) da superação da dicotomia sociológica clássica entre sociedade e indivíduo, ou estrutura e ação, (b) das condições de produção da estrutura social enquanto fundamento de relações sociais interdependentes e (c) da abrangência e limites da autonomia do indivíduo socialmente condicionado a predisposições de agência. Este tópico logra apontar para a compreensão de que, embora as noções de *habitus*, configuração e

⁶ DE LUCCA, FRANGELLA, KASPER, MENDEZ, MARTINEZ, entre outros.

estruturação conservem boa parte das premissas inscritas em seus antecessores de correntes consideradas antinômicas, logram êxito na realização de uma síntese com lógica interna não contraditória, embora se posicionem, apesar de insistente negação, mais próximos aos objetivistas, dado que em suas formulações conceituais a ação está predominantemente submetida à estrutura social, talvez com exceção da teoria da estruturação de Anthony Giddens, que confere importância similar às predisposições de agência a ação e à estrutura. Justificamos a necessidade deste capítulo por considerarmos que a compreensão de que relações de poder a nível de interação social possuem limites econômica e culturalmente estruturados aos quais estão submetidas, isto é, que tais relações estão circunscritas em certas condições prévias de possibilidade de existência. Tal modo de pensar endossa e norteia a hipótese que sugerimos anteriormente.

No segundo tópico, *Processos Identitários e Relações de Poder*, buscamos alçar uma compreensão do objeto de forma mais aproximada, considerando não propriamente as causas ou fundamentos estruturais da ação humana, mas seu *modus operandi*. Situamos o desenvolvimento acadêmico do conceito de Identidade e o diferenciamos do conceito de cultura, definindo-o a ambos em seu uso nesta dissertação. Posteriormente, ao tratarmos do uso mais operacional da identidade sob o crivo da noção de processos identitários, acionamos o aparato teórico do sociólogo Claude Dubar, cujas noções de identidade real e virtual nos permite tal operacionalização. Essa escolha, outrossim, não vai de encontro com a proposta aqui antes exposta, a de que haveria certo componente que estaria para além e acima dos indivíduos e das interações, condicionando-as em alguma medida, dado que se além mais prontamente aos mecanismos pelos quais as relações de poder operam, não às bases estruturais sob as quais sua possibilidade de operar se sustentam.

No terceiro capítulo, *Fundamentos Metodológicos*, abordamos os fundamentos teóricos e epistêmicos da metodologia sociológica a que nos dispomos a operar sob o crivo da escolha teórica, por meio dos quais justificamos a premissa de que a metodologia sociológica é uma construção antes de tudo lógica (mesmo quando indutiva) que se efetua pelo acionamento de métodos e técnicas fundamentados em pressupostos teóricos, por sua vez amparados no problema de pesquisa – isto a que chamamos construção do objeto. Posteriormente, descrevemos os métodos e técnicas utilizados e nesta pesquisa e justificamos tais escolhas teórica e

epistemologicamente, bem como abordamos alguns métodos e técnicas não utilizados e do porquê de sua não utilização.

No quarto capítulo, *Indivíduos em Situação de Rua, Comunidade e Estado*, caracterizamos as relações entre os indivíduos em situação de rua, comunidade e agentes estatais localizados no bairro Rosa Elze, cujo aparato analítico tomará por princípios norteadores os fundamentos da sociologia relacional e dos processos identitários. Num segundo momento, destacamos elementos da produção bibliográfica nacional mais relevante que corroboram com o nosso problema em específico, a fim de pontuar comparativamente aspectos do objeto aqui estudado contra os de outras localidades. Mais precisamente, buscamos encontrar parâmetros de análise comparativa tocantes ao modo de vida e às relações de poder entre indivíduos em situação de rua, comunidade e Estado dispostos em diferentes localidades a fim de apontarmos evidências que confrontem a hipótese central desta dissertação, já acima destacada. Não se trata, portanto, de uma nova incursão teórica a respeito do tema geral de pesquisa. Tomamos, aqui, uma série de artigos, dissertações e teses produzidos acerca de indivíduos em situação de rua no Brasil e retiramos-las apenas aqueles aspectos que dizem respeito às relações de poder entre os agentes aqui destacados que operam nos grandes centros para evidenciarmos se lá, em contraponto com o que observamos aqui, as tensões entre eles são menores ou maiores.

Por fim, nas *Considerações Finais*, apresentamos sinteticamente os resultados da pesquisa contra a hipótese sugerida e, ao cabo, antevemos algumas possíveis críticas a serem feitas ao trabalho que consideramos relevantes.

2 SOCIOLOGIA RELACIONAL, IDENTIDADES E RELAÇÕES DE PODER

2.1 Autonomia Relativa do Indivíduo em Sociedade

As generalizações tendem para dois polos, com uma escala e variedade de possíveis tonalidades entre eles. Algumas sustentam-se porque os próprios atores as conhecem – sob alguma forma – e as aplicam em seu desempenho. O observador cientista social não tem, de fato, de “descobrir” essas generalizações, embora possa dar-lhes uma nova forma discursiva. Outras generalizações referem-se a circunstâncias, ou aspectos de circunstâncias, as quais são ignoradas pelos agentes e que “atuam” efetivamente sobre estes, independentemente do que os agentes possam acreditar que têm pela frente. Aqueles a que chamarei de “sociólogos estruturais” tendem a interessar-se apenas pela generalização nesse segundo sentido – na verdade, é isso que se pretende dizer quando se afirma que a “teoria” em teoria social deve compreender generalizações explanatórias. Mas o primeiro sentido é tão fundamental para a ciência social quanto o segundo, e cada forma de generalização é variável com relação à outra. As circunstâncias em que as generalizações sobre o que “acontece” aos agentes prevalecem são mutáveis no tocante ao que eles podem aprender a “fazer acontecer” de modo inteligente (GIDDENS, 2003, p. XX).

Por considerar que a análise das relações de poder entre os indivíduos através do acionamento da identidade se constitui em momento secundário da análise de certo grupo ou sociedade, sopesamos a introdução do corpo duro desta dissertação com um tópico que refletisse acerca das condições macrossociais, e não somente as interacionais, que fundamenta, antecede ou estrutura tais interações.

A sociologia relacional toma como problema o fundamento de uma teoria, epistemologia e metodologia que dê conta de verificação, interpretação e explicação tanto da reprodução social, da ordem social e da estrutura social, objetivamente; quanto, por outro lado, da mutabilidade, das possibilidades de ações individuais (alcances e limites estruturalmente condicionados) que permitiriam alterações na sociedade (ou nas estruturas sociais), no tempo e no espaço. Tal paradigma se posiciona enquanto negação do utilitarismo (subjetivismo, interacionismo, fenomenologia etc.) e do positivismo (objetivismo, estruturalismo, funcionalismo etc.) simultaneamente, através de sua síntese ou superação (ARCHER, 2014; EMIRBAYER, 1997, VANDENBERGHE, 2016).

Os conceitos de configuração e *habitus* de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, respectivamente, bem como a teoria da estruturação de Anthony Giddens, do modo

como pude entendê-los, apontam para essa direção. Apesar de suas peculiaridades, todas as noções acima referenciadas abordam as ideias de indivíduo e sociedade para além de si mesmas. Possui o indivíduo (ação racional) mais ou menos autonomia relativa sobre a sociedade (estrutura social) em uma ou outra dessas perspectivas, em todas elas se inscreve a premissa fundamental de que a autonomia relativa do indivíduo encontra suas limitações e amplitudes em função de relações sociais de poder material e simbólico mais ou menos assimétricas e interdependentes entre combinações de indivíduos. Me absterei, nesta introdução, de oferecer um “grosso modo” dos conceitos de *habitus*, configuração e da teoria da estruturação, preferindo pela opção estratégica (e resguardada) de diluí-los ao longo do texto associados às questões centrais que proporei a seguir. Posso, no entanto, antecipar que trabalharei com as obras *Esboço de uma Teoria da Prática e Meditações Pascalianas* de Pierre Bourdieu; *Introdução à Sociologia e Sociedade dos Indivíduos* de Norbert Elias; e *Constituição da Sociedade* de Anthony Giddens, justificada essa escolha por se tratarem de obras nas quais os conceitos que me dispus a analisar se apresentam em sua forma mais abstrata e concisa.

Dito isso, o inquérito teórico e conceitual proposto neste tópico acerca da autonomia relativa dos indivíduos em sociedade, a partir das noções acima especificadas, tomará por eixos analíticos os seguintes pontos, a saber: (a) a estrutura das relações sociais interdependentes e (b) a autonomia relativa da ação individual. No primeiro ponto, examino as especificidades e condições da ação individual na perspectiva das noções de *habitus*, configuração e da teoria da estruturação. No segundo, ofereço uma interpretação sintética acerca de como os autores abordam as probabilidades causais da ação humana e em que medida esta ação está mais ou menos condicionada por fatores a ela externos.

A estrutura das relações interdependentes

A noção de estrutura surge nos textos teóricos de Elias, Bourdieu e Giddens com bastante recorrência. Posso afirmar que, apesar de proporem, cada um à sua maneira, uma superação do estruturalismo e da fenomenologia, abordam a estrutura com especial atenção, em detrimento da ação. Para eles, do modo como pude interpretá-los, a autonomia do indivíduo se dá em função da variação de poder normativo inscrito nas estruturais sociais (em Elias, nas estruturas das relações

sociais). Em todos eles, a ação individual está sempre limitada a certos constrangimentos, por assim dizer, posicionados para além do indivíduo em si mesmo (ainda que dependa de sua reflexividade positiva ou negativa – em Bourdieu, reflexividade já estruturada com expectativas reprodutivas automáticas; em Giddens, fruto da capacidade cognoscitiva e do poder de agência de determinados indivíduos), embora não seja absolutamente determinada por tais constrangimentos.

Na teoria da estruturação, considera-se “estrutura” o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; as características institucionalizadas de sistemas sociais têm propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas através do tempo e do espaço. A “estrutura” pode ser conceituada abstratamente como dois aspectos de regras: elementos normativos e códigos de significação. Os recursos também são de duas espécies: recursos impositivos, que derivam da coordenação da atividade dos agentes humanos, e recursos alocativos, que procedem do controle de produtos materiais e de aspectos do mundo material (GIDDENS, 2003, p. XXXV).

Quando alego que os autores não consideram a ação individual absolutamente determinada pela estrutura das relações interdependentes (Elias) ou pela estrutura social (Giddens, Boudieu), faço-o porque todos admitem a mudança na estrutura social ou na sociedade – embora façam distinções conceituais entre as duas. Isto é, admitem a possibilidade de escolha individual impremeditada, em algum nível e com algumas ressalvas de caso a caso. Em todo caso, essa mudança não se dá a partir de elementos completamente novos ou que se encontrem para além de um certo leque de possibilidades de ação previamente estabelecidos, como parece destacar Giddens no excerto acima. De fato, Bourdieu faz menção a uma condição na qual tais escolhas poderiam fugir um tanto mais a certo arranjo de possibilidades premeditáveis, em decorrência de certa “transformação radical” da estrutura social.

Não podemos, pelo que portanto, dar razão de tais práticas a não ser na condição de relacionarmos a estrutura objetiva definidora das condições de produção do *habitus* que as engendrou com as condições do pôr em ação desse *habitus*, quer dizer, com a conjuntura que, salvo transformação radical, representa um estado particular dessa estrutura (BOURDIEU, 2002, p.168).

Para além disso, reconhecem a possibilidade de mudança como elemento constitutivo da própria estrutura social. Bourdieu faz menção, ainda, a crises decorrentes de certa histerese do *habitus* nas quais as disposições estruturadas deste

sofreriam “desfasamento estrutural” ante as ocasiões situacionais, resultando em “ocasiões falhadas” (BOURDIEU, 2002, p. 179).

A prática é ao mesmo tempo necessária e relativamente autônoma por referência à situação considerada em sua imediatez pontual porque é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*, entendido como um sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, e torna possível efetuar de tarefas infinitamente diferenciadas graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver problemas da mesma forma e graças às mesmas correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses mesmos resultados (BOURDIEU, 2002, p. 167).

No trecho acima, o termo “situação” parece ter o mesmo sentido que o de “ocasião”, mais acima mencionado. Bourdieu não deixa muito claro se essa situação ou ocasião é interna ou externa à estrutura, o que impossibilita saber, a partir do texto em si, se a mudança ou o desfasamento estrutural partiria dos agentes ou da estrutura, ainda que se possa saber que é a estrutura quem muda, ocorrendo a defasagem no *habitus* em confronto com a estrutura atualizada.

O *habitus*, sistema de disposições produzido por estruturas objetivas, estabelece relação dialética com a situação/ocasião, reproduzindo práticas estruturantes acaso a situação/disposição se der em conformidade consigo. Se o agente reproduz a estrutura por meio do *habitus*, o *habitus* é produzido pela estrutura e deixa, em períodos históricos eventuais, de reproduzi-la por interferência ocasional, de modo que a lógica bourdieusiana, do modo como pude interpretá-la, só permite atribuir à mudança duas causas: ou ela parte da estrutura ou é contingencial e está para além da estrutura e do *habitus*. Visto que a primeira opção é irracional, dado que uma prática não pode partir de uma abstração (e mesmo Bourdieu atribui ao *habitus* a função de estruturação das práticas) e a ocasião/situação só pode ser consequência de uma estrutura atualizada, consideraremos a segunda como válida. Esta segunda perspectiva aproxima Bourdieu a Elias no que tange aos fatores de mudança. Giddens, por sua vez, parece não atribuir estritamente à contingência a imputação dos fatores de mudança, elevando o indivíduo a um nível de maior independência circunstancial da estrutura, a depender de como se configurem as relações de “poder” que sustentam a continuidade da estrutura social.

O poder em sistemas sociais que desfrutam de certa continuidade no tempo e no espaço pressupõe relações generalizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contextos de interação social. Mas todas as formas de dependência oferecem alguns recursos por meio dos quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades de seus superiores. É a isso que chamo de dialética do controle em sistemas sociais (GIDDENS, 2003, p. 18-19).

Em *Sociedade dos Indivíduos*, Elias traça um quadro estrutural bastante limitador da autonomia relativa do indivíduo, o que pode afastar um tanto a ideia de que, para este autor, a força de fatores externos ao indivíduo isolado (o que inclui as relações de interdependência entre indivíduos combinados) seria menor do que a observada em Bourdieu:

A ordem invisível dessa forma de vida comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de possibilidades. Por nascimento, ele está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele. Até a sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce na teia humana, das funções e da situação de seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que ele recebe (ELIAS, 1994, p. 21).

O autor considera objetivo da sociologia a análise da dinâmica das relações entre indivíduos e grupos de indivíduos, dado que “quanto mais intimamente integrados forem os componentes de uma unidade compósita ou, por outras palavras, quanto mais alto for o grau de sua interdependência funcional, menos possível será explicar as propriedades dos últimos apenas em função das propriedades das primeiras” (ELIAS, 2008, p. 78). Isso é o que chama de configuração social: por assim dizer, uma estrutura de relações sociais integradas de poder e funcionalmente interdependentes. Outrossim, quanto mais funcionalmente interdependentes forem os indivíduos, menos simples se faz a análise das propriedades estruturais tais como coerção e controle, por exemplo, uma vez que tal estrutura tenderia a ter sua continuidade retroalimentada por todos os indivíduos interdependentes, de forma tal que fatores mais específicos de diferença e desigualdade entre eles não se fariam tão evidentes a ponto de permitir uma localização clara e objetiva do “poder” que reifica a permanência mais ou menos regular da estrutura social. Para ele, a noção de poder

deve ser entendida não como “um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de todas as relações humanas” (ELIAS, 2008, p. 81).

Dizer que a sociedade preexiste às vidas de cada um de seus membros individuais, em qualquer momento dado, significa apenas identificar uma fonte de coerção, na medida em que sua preexistência limita, de certo modo, as possibilidades abertas a eles. Enfatizar que os indivíduos estão contextualmente situados em relações sociais de maior ou menor extensão significa apenas, similarmente, identificar uma forte coerção, quando se mostra até que ponto isso limita suas capacidades. Em cada caso a coerção provém da existência “objetiva” de propriedades estruturais que o agente individual é incapaz de mudar. Tal como no caso das qualidades coercitivas das sanções, a coerção estrutural é mais bem descrita como a fixação de limites à gama de opções a que um ator, ou pluralidade de atores, tem acesso numa dada circunstância (GIDDENS, 2003, p. 208).

Pode-se interpretá-los do seguinte modo. Não se trata de afirmar o oposto da máxima durkheimiana (de que a estrutura social, sob a alcunha de sociedade ou fato social, estaria para além dos indivíduos e independeria de suas ações), mas de imputar aos próprios indivíduos o sustentáculo da estrutura por meio da qual têm sua liberdade de ação parcial e condicionalmente subtraída, por vezes racionalmente e por vezes de modo irrefletido ou inconsciente. Pode não se tratar de uma condição cujo poder de escolha e transformação estaria para além dos indivíduos, mas ao mesmo tempo não se trata de uma condição que está sob seu controle. Nos três autores há a ideia, em maior ou menor grau, de que os indivíduos possuem certas possibilidades de escolha delimitadas tanto no ato da interação entre esses indivíduos quanto por fatores previamente incorporados a tais indivíduos através dos processos de socialização.

Elias, ao tratar desta questão, lança mão dos modelos de jogos. Para o autor, de acordo com esse modelo, jogos são relações de poder interdependentes entre agentes sociais. Elias introduz a explicação do modelo através do que chama de “competição primária”, exemplificando-a por meio do embate direto entre dois indivíduos ou grupos tribais, com poder bélico aproximado, em favor de um objetivo ou bem mutuamente perseguido, e conseqüente relação de interdependência estratégica, a fim de demonstrar uma “ordem” e uma “função” nas relações de poder. Tal ordem e função se dão de modo diferente daquelas comumente empregadas entre os sociólogos de até então, nomeadamente os estrutural-funcionalistas. Por

“ordem”, Elias entende certa disposição logicamente inteligível de fenômenos. Por “função”, leva em conta o caráter relacional da configuração social, que é dinâmico, e não estático tal que interpretado pelos funcionalistas (poderíamos considerar que Elias se aproxima melhor da definição abstrata matemática de função por considerar uma relação entre incógnitas, uma vez que se trata de processo contínuo cujo poder das variantes se altera a depender das circunstâncias, e não entre números pré-estabelecidos, o que supostamente fariam os funcionalistas). Isto é, as ações sociais são realizadas, irredutivelmente, em função doutras ações, direta ou indiretamente; diferentemente da ideia de relações estrutural-funcionalmente fixadas (ELIAS, 2008).

Partindo deste princípio, Elias deriva jogos com um número maior de competidores, logo com relações de poder e de interdependência em diversos níveis; isto é, com uma configuração mais complexa. Nesse patamar, surgem estratégias de equilíbrio de poder tais quais aliança e rivalidade entre grupos; concessão e delegação de poder (diplomacia), através dos quais o jogo tenderia, julga o autor, a uma distribuição de poder menos desigual e mais difusa, tornando-o mais impessoal e autônomo (democracia moderna, por exemplo). Este é, para o autor, o campo de investigação sociológico: as configurações das relações de poder num jogo de interdependência social (ELIAS, 2008).

Ao analisar relações sociais, temos de reconhecer tanto uma dimensão sintagmática, envolvendo uma ordem virtual de “modos de estruturação” recursivamente implicados em tal reprodução (...). Assim, a estrutura refere-se, em análise social, às propriedades de estruturação que permitem a “delimitação” do tempo-espaço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e espaço, e lhes emprestam uma forma “sistêmica” (GIDDENS, 2003, p. 20).

O fundamento da estrutura das relações humanas, para Elias, é o poder (ELIAS, 2008, p. 81). Seria por meio das relações de poder que, por exemplo, os grupos dominantes retardariam transformações socioeconômicas estruturais, pois que reforçariam as condições de dominação regularmente, de modo que as mudanças se dariam, genericamente, de maneira pouco expressiva e muito pontualmente, salvo exceções. Poder-se-ia afirmar o mesmo acerca de Bourdieu, embora o autor arremate que as estruturas objetivas têm base econômica, do que poderíamos interpretar que a economia seja a expressão de poder basilar (BOURDIEU, 2002, p. 179).

A base de todos os mal entendidos no tocante à relação entre indivíduo e sociedade reside no fato de que, embora a sociedade, as relações entre as pessoas, tenha uma regularidade e estrutura de tipo especial, que não podem ser compreendidas em termo de indivíduo isolado, ela não possui um corpo, uma “substância” externa aos indivíduos (ELIAS, 1994, p. 57).

Desse modo, se a estrutura social de Bourdieu produz um *habitus* estruturado por ela e estruturante de práticas que tendem a reproduzir a estrutura social (o que Bourdieu sintetiza como interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade); a configuração – que, segundo o autor, não é nem externa e nem interna aos agentes – constitui certa ordem imanente que regula e estrutura, processo contínuo, em decorrência das interdependências entre os agentes em disputa (relações de poder mútuas, porém assimétricas): a sociedade dos indivíduos. Giddens, com a noção de dualidade da estrutura, parece querer dizer a mesma coisa que Bourdieu, como destacado em excerto abaixo.

Analisar a estruturação de sistemas sociais significa estudar os modos como tais sistemas, fundamentados nas atividades cognoscitivas de atores localizados que se apoiam em regras e recursos na diversidade de contextos de ação, são produzidos e reproduzidos em interação (...). De acordo com a noção de dualidade da estrutura, as propriedades estruturais de sistemas sociais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam. A estrutura não é “externa” aos indivíduos: enquanto traços mnêmicos e exemplificada em práticas sociais, é, num certo sentido, mais “interna” do que externa às suas atividades, num sentido durkheimiano (GIDDENS, 2003, p. 29-30).

A relação dialética entre agente e estrutura em Bourdieu tem “*habitus*” por nome e em Giddens tem “estruturação” por nome. A relação de interdependência entre agentes e compostos de agentes em diversos níveis sociais tem “configuração” por nome. Bourdieu esclarece conceitualmente o *habitus* de modo que não há dúvidas acerca de certo condicionamento estrutural que confere certas possibilidades sob as quais o indivíduo possuiria certa autonomia de escolha. Em Elias há certa limitação do social, menos determinante, mas é possível identificar em seu discurso um indivíduo peculiar que se configura por meio de regulações interacionais constantes em diversos níveis no quadro de sua impreterível interdependência com o outro.

A configuração da autorregulação psíquica de uma pessoa – por exemplo, sua língua materna – é, pelo fato de essa pessoa ter crescido em determinada sociedade, inteiramente “típica” e é, ao mesmo tempo, por ela haver crescido como um ponto de referência singular na rede de uma sociedade, inteiramente individual, ou seja, é manifestação única desse produto típico (ELIAS, 1994, p. 55).

Por fim, tanto o “agente” do *habitus* quanto o da configuração têm sua autonomia limitada por estruturas sociais mais ou menos consistentes, ainda que distintamente caracterizadas por cada autor, que obstruem em menor ou maior grau a escolha livre e racional do indivíduo tanto em termos de consciência quanto de prática. Em ambos as condições que possibilitariam uma independência relativamente alta do indivíduo ao ponto de vir a ter êxito em suplantar, de súbito, as estruturas e configurações econômicas e/ou de poder em jogo são descartadas pelos autores. As transformações estruturais incidem sempre de maneira localizada e se processam gradualmente (ELIAS, 1994; BOURDIEU, 2001).

Eu distingo a monitoração reflexiva e a racionalização da ação de sua motivação. Se as razões se referem aos motivos da ação, estes, por sua vez, referem-se às necessidades que a instigam. Entretanto, a motivação não está tão diretamente vinculada à continuidade da ação quanto sua monitoração reflexiva ou racionalização. Ela refere-se mais ao potencial para a ação do que propriamente ao modo como a ação é cronicamente executada pelo agente. Os motivos tendem a ter uma influência direta na ação apenas em circunstâncias relativamente incomuns, situações que, de algum modo, quebram a rotina (GIDDENS, 2003, p. 7).

Aqui poderíamos apontar uma distinção entre Giddens e os outros dois autores. O sociólogo inglês parece apostar na ideia de que há, na noção da dualidade da estrutura, mesmo uma retroalimentação consciente dos indivíduos sobre a estrutura, por meio da “monitoração reflexiva” e da “racionalização da ação”. A estrutura social seria, portanto, muito mais uma necessidade consciente dos indivíduos em sociedade que tenderiam a uma rotinização da vida social, tal como numa analogia à lei da inércia, através da qual os corpos tenderiam a manter-se no mesmo estado.

Da autonomia relativa do indivíduo

Para Bourdieu, sob os termos de Elias, a interdependência dos indivíduos se daria por meio de predisposições inscritas no *habitus*. Diferentemente de Elias, para o

qual as práticas individuais parecem resultar da interação interdependente entre os indivíduos por meio do jogo de poder, o autor francês considera que tais práticas estão previamente dispostas por um *habitus* estruturado, interiorizado pelo indivíduo ao longo do processo de socialização. Isto quer dizer que as relações sociais que determinam possibilidades de ação não se dão no instante da interação do eu com o outro, mas se constroem no processo de incorporação do *habitus*.

O processo de objetivação não pode descrever-se na linguagem da interação e do ajustamento mútuo, porque a própria interação deve a sua forma às estruturas objetivas que produziram as disposições dos agentes em interação e que lhes atribuem as suas posições relativas na interação alhures (...). Assim, não há confronto singular entre dois agentes particulares que não enfrente, de fato, numa interação definida pela estrutura objetiva da relação entre os grupos correspondentes (e.g. colonizador/colonizado), e qualquer que possa ser a estrutura conjuntural da relação de interação (e.g. patrão dando ordens a um subordinado, colegas falando com seus alunos, intelectuais participando num colóquio etc (BOURDIEU, 2002, p. 176-177).

Elias, quando aborda o que chama de “configuração da autorregulação psíquica”, indica tratar-se o indivíduo de “manifestação única” de certa “sociedade típica”, embora não determine mais precisamente o limite e o alcance dessas singularidade e tipicidade enquanto causas probabilísticas da ação. Essa lacuna poderia indicar, por exemplo, que tipo de motivações direcionariam o indivíduo no que tange à reação às expectativas normativas e se tal reação partiria da singularidade ou da tipicidade inscrita em sua psique. Giddens, por sua vez, associa a questão da autonomia individual diretamente ao poder de transformação social por meio de recursos. Em sua teoria da estruturação, o autor aciona a noção de conduta estratégica para figurar os contornos da ação individual. Ao fazê-lo, reforça a necessidade de uma análise das práticas e dos discursos dos indivíduos em contraposição ao aparato estrutural previamente estabelecido em dado contexto. Isto é, a expressão da estrutura social é situacionalmente configurada e deve ser identificada a fim de que se possa diagnosticar acerca do comportamento individual enquanto mais ou menos autônomo ou reproduzido, por assim dizer.

A análise da conduta estratégica significa dar primazia às consciências discursiva e prática, e às estratégias de controle dentro limites contextuais definidos. As propriedades institucionalizadas dos cenários de interação são metodologicamente supostas como “dadas”. Temos

de ter muito cuidado com isso, é claro, pois tratar as propriedades estruturais como “dadas” não é afirmar que elas não são produzidas e reproduzidas através da agência humana. É concentrar a análise nas atividades contextualmente situadas de grupos definidos de atores (GIDDENS, 2003, p. 340).

A ocorrência no indivíduo de uma singularidade que escapa à tipicidade parece conferir à configuração de Elias uma maior autonomia relativa do indivíduo em comparação ao *habitus*, dado que não predispõe de uma gama mais ou menos restrita de comportamento elegíveis (conscientemente ou não) pelo indivíduo estruturalmente situado de Bourdieu, o que nos remeteria à possibilidade da contingência em sua compreensão das leis e regularidades das relações sociais. No entanto, o indivíduo singular situado numa relação de interdependência permanente tem sua autonomia prejudicada pela relação com o outro, relação de poder na qual há sempre influência intransponível de um sobre o outro. Sendo assim, a autonomia do indivíduo situado numa configuração social possui alcance diretamente proporcional ao poder por ele detido a depender de sua localização na rede de funções interdependentes.

Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos “sociedade”. Ela representa um tipo especial de esfera. Suas estruturas são as que denominamos “estruturas sociais”. E, ao falarmos em “leis sociais” ou “regularidades sociais”, não nos referimos a outra coisa senão isto: às leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas (ELIAS, 1994, p. 23).

Em *Estabelecidos e Outsiders*, junto a Scotson, Elias aborda empiricamente um caso através da noção de configuração social. Trata-se de uma pesquisa microsociológica acerca de uma relação assimétrica de poder entre grupos cuja única distinção significativa é o tempo de estabelecimento no local. Isso é o suficiente para que mecanismos de reprodução de poder institucional, exclusão e estigmatização sejam acionados pelo grupo estabelecido em desfavor dos “outsiders”, recém-chegados e pouco coesos. O autor lança mão de categorias tais que “infecção anômica” e “sociodinâmica da estigmatização” (conjunto de ações e discursos cuja

finalidade é manter a relação de poder vantajosa para o grupo já dominante), através dos quais chega a premissas como esta: “os conceitos usados pelos grupos estabelecidos como meio de estigmatização podem variar conforme as características sociais e as tradições de cada grupo” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26). Nesta pesquisa, os autores identificam o fator geracional (tradição) como principal mecanismo de poder. Destacam-se os mecanismos de estigmatização (estritamente ligados à noção de identidade), e mais amplamente as configurações engendradas por meio das relações ordenadas por tais mecanismos. A partir disso, nota-se em Elias a presença de uma estrutura social com atualizações e dinâmicas ocorrendo em tempo real, diferentemente do caráter um tanto passivo e estático do *habitus*.

Tanto em Elias quanto em Bourdieu há uma estrutura que oferece o *modus operandi*, como diz Bourdieu, isto é, o quadro de disposições sobre o qual as possibilidades de ação individual se amparam inevitavelmente. Se no *habitus* as relações de interdependência que determinam o limite possível da ação individual já se encontram previamente estruturadas nos indivíduos antes da ação em si, em Elias esses limites se dão no instante das interações, no jogo de poder. De um modo ou de outro, ambos os autores parecem estar de acordo quanto a forte determinação estrutural (seja por meio da incorporação de um modo de vida, seja por meio de uma rede de funções interdependentes intransponível) na autonomia relativa da ação individual em sociedade. Giddens, no entanto, do modo como pude interpretá-lo, toma com mais cautela a determinação da estrutura nas possibilidades de ação individual e, dos três, é o que parece conceber maior autonomia ao indivíduo ante as estruturas sociais, embora não se furte a reconhecer sua forte influência e presença indissociável na análise desta dualidade.

A identificação de conjuntos estruturais é um recurso muito útil para conceituar algumas das principais características de uma dada ordem institucional. Mas, como enfatizei antes, as estruturas referem-se a uma ordem virtual de relações, fora do tempo e do espaço. As estruturas existem somente em sua exemplificação nas atividades cognoscíveis de sujeitos humanos situados, os quais as reproduzem como propriedades estruturais de sistemas sociais incrustados em extensões de tempo-espaço (GIDDENS, 2003, p. 358).

Bourdieu, Giddens e Elias contribuem ao debate sociológico enormemente no instante em que oferecem superação às insuficiências teóricas inscritas no dualismo indivíduo e sociedade. Ainda que possamos ver muito nesses autores aqueles que os

precederam (como Durkheim, Marx, Weber e Simmel), o que poderia colocar em dúvida ter havido uma real superação, o esforço de síntese por si só representa um avanço inestimável ao pensamento sociológico. Certamente as teorias desses autores deixam lacunas acerca das especificidades e determinações estruturais e de agência na autonomia relativa do indivíduo e das condições de mudança social, o que não diminui o avanço, sobretudo epistêmico, conquistado por meio de suas perspectivas dialéticas e relacionais. As lacunas, ainda maiores, oferecidas pelos pensamentos anteriores, nos quais ou encontrávamos uma estrutura abstrata e transcendental, causa de si mesma, determinando a ordem das ações e interações; ou uma ação individual racional, também causa de si mesma, cuja simples observação empírica daria conta da compreensão das dinâmicas sociais.

Observar as relações entre os condicionantes estruturais das ações individuais e a produção individual retroativa desses condicionantes permite entender os contornos das leis e regularidades que circunscrevem as ações estruturadas. Considero, por fim, que a observação cuja premissa teórica considera tanto os condicionantes historicamente estruturados e as variantes interativas conjunturais como mote explicativo das relações sociais permitem uma aproximação mais fidedigna do pensamento sociológico e do fenômeno social.

2.2 Processos Identitários e Relações de Poder

O que essa noção traz além – ou de diferente – das noções de grupo, classe ou categoria utilizadas em uma perspectiva macrosocial, ou das noções de papel e de status definidas a partir de uma perspectiva microssocial? A resposta parece clara: ela tenta introduzir a dimensão subjetiva, vivida e psíquica no cerne da análise sociológica. Ela introduz a hipótese paradoxal que de certa forma inverte as posições psicanalíticas "correntes" que opõem o Ego e seu sistema interior (Id, Superego...), considerado essencial, ao Entorno e sua organização "externa" (...). Essa inversão que faz "do mais íntimo" o que é também "o mais social" não suprime a divisão do Eu como realidade originária da identidade: ela a instala no próprio social ao bordá-lo pelo viés da expressão individual dos "mundos subjetivos", que são ao mesmo tempo "mundos vividos" e "mundos expressidos", portanto apreensíveis empiricamente (DUBAR, 2005, p. 136-137).

Neste tópico, após refletirmos mais abstratamente acerca da dimensão causal da autonomia individual e sua relação com a estrutura social, abordaremos os processos de relações de poder *in locus*, através da noção de identidade. Isto é, após

tratarmos acerca das condições de produção da escolha individual, de sua extensão e limites, trataremos agora das relações em si, do substrato que permeia as interações propriamente ditas, seus mecanismos e discursos empiricamente verificáveis de modo mais específico. Se no tópico anterior tentamos refletir acerca das condições estruturais de produção da autonomia individual – para uma maior compreensão, por exemplo, das condições estruturais de produção da diferença e em que medida o indivíduo tem autonomia sobre suas implicações –, neste tópico abordaremos as implicações dessa produção nas interações entre indivíduos, por meio da noção de processos identitários.

Entre outras coisas, a literatura mais específica demonstra que o fenômeno do indivíduo em situação de rua possui divergências tanto quanto as suas causas quanto ao modo como é visto e tratado seja pelo senso comum seja pela intelligentsia. Em razão disto, a noção de identidade será aqui abordada nomeadamente para nortear o modo como analisaremos os mecanismos de disputa entre os agentes objetos desta pesquisa, uma vez que nos permite mapear relações de poder através do acionamento de referenciais carregados de significados sociais distintos entre os diversos grupos com características sociais específicas, como é o caso do indivíduo em situação de rua, de comunidades periféricas e do modo como o Estado se comporta nessas comunidades para com esses indivíduos em situação de rua.

Inicialmente, situaremos a noção de identidade que pretendemos abordar neste esforço, percorrendo parte de suas diversas acepções e delineando a que efetivamente nos interessa, aquela que trata a identidade enquanto mecanismo de disputa e solidariedade.

Da identidade nacional às identidades globais

Em entrevista cedida por Zygmunt Bauman ao jornalista italiano Benedetto Vecchi, via correio eletrônico, em 2004, o autor nos apresenta uma abordagem sobre a ideia de identidade a partir de diversas perspectivas (histórica, política, sociocultural e psicossocial), entre as quais o autor pontuará o desenvolvimento de tal noção desde a era pré-moderna de sua projeção sólida pelos estados-nacionais até o seu formato líquido-moderno atual, volúvel e instável, bem como as diversas configurações do fenômeno ao largo dos diversos âmbitos da vida social e suas consequências nas práticas e hábitos individuais e coletivos. O debate sobre identidade ganhara

destaque por sua então recente inserção e repercussão acadêmica, política e midiática (BAUMAN, 2004).

A categoria identidade, do modo como é discutida nesta obra, define-se pelo pertencimento de um indivíduo a uma dada comunidade, sob a condição de este dotar de características específicas por ela prescritas, dentre as quais hábitos, comportamentos, valores, sentimentos, ações, ideias, preferências, ascendência, fenótipos etc. – sendo tais indivíduos, portanto, dentro de e para tal comunidade, mutuamente reconhecidos, com a ressalva de que tal sentido de identidade não comportará exatidão plena em todos os casos, estando o termo, nalguns deles, significando certa intersecção entre comunidade e indivíduo, cuja concordância maior ou menor definirá o grau de pertencimento do indivíduo à respectiva comunidade; do que se considere, ainda, que certas características individuais podem obstruir por inteiro a pertença comunitária, invalidando outras características comuns entre as partes – fenômeno análogo, feitas as devidas ressalvas, ao que em química é conhecido por mistura heterogênea, levando-se em conta que os elementos subjetivos e as leis sociais que os regem não são imutáveis: quem possuísse ascendência judia, mesmo que nascido em território alemão, teria direitos retirados no período nacional-socialista, por exemplo (BAUMAN, 2004).

A princípio, as identidades seriam definidas pelas comunidades. Noutro texto, *Comunidade* (2004), no entanto, Bauman considerará que ambas, comunidade e identidade, podem ser imaginadas e criadas independentemente, junto a um processo de substituição das comunidades pelas identidades.

Indagar-se a respeito da própria identidade indicaria, implicitamente, ter vivenciado uma experiência de ruptura com a comunidade na qual inserido, isto é, ter sido por ela renegado (estando, portanto, vetado do acesso às garantias por ela oferecidas), sendo assim impelido, por escolha, influência ou coerção, a buscar novas comunidades às quais possa pertencer, pelas quais características individuais intrínsecas (ao menos no instante do “contrato”) sejam aceitas – experiência típica àqueles indivíduos que vivenciaram comunidades circunstancialmente reconfiguradas ideologicamente ou que se reconfiguraram por influência doutras comunidades. Tal característica se faz ausente em membros de “sociedades fechadas”, com nível de integração pleno; noutras palavras, tratar-se-ia de fenômeno tipicamente moderno (BAUMAN, 2001; 2004).

Bauman (2004) relata a experiência pessoal de ruptura e mobilidade entre comunidades a fim de exemplificar esse processo identitário. Expulso de uma dessas comunidades, a Polônia, por possuir ascendência judia (não aceita em tal nação num dado momento histórico), passa a figurar, por convite e por opção, membro doutra, a Inglaterra. Em ocasião de uma cerimônia de titulação, tendo de escolher por um ou outro hino quando da outorga, termina optando por um terceiro, o da Europa, em atitude simultaneamente inclusiva – uma vez que ambas as nações estão contidas no continente europeu – e excludente – anulando, sob certo aspecto, as diferenças entre ambas as nacionalidades. Isto é, o fato de pertencerem a um mesmo continente não é o suficiente para eliminar as diferenças entre as duas nações, e assim neutralizar o mal-estar ocasionado por não sentir-se ou considerar-se totalmente pertencido a qualquer uma delas.

Logicamente, quando se é de todos os lugares, não se é de lugar algum. Como dito mais acima, a questão da identidade surge a partir do conflito ou dissenso entre indivíduo e comunidade, e este conflito abre a possibilidade ao indivíduo de identificação com outras comunidades, não obstante a mobilidade comunitária não instaure uma reconfiguração identitária plena, o que dificulta autoafirmação concisa e permanente. A experiência vivida por Bauman será repetida de diversas maneiras, por um número cada vez maior de indivíduos e de forma cada vez mais intensa à proporção em que as “forças globalizantes” tornam-se mais expressivas, como afirma o autor: “as peculiaridades da minha biografia apenas dramatizaram e colocaram em pleno destaque um tipo de condição que hoje em dia é bastante comum, a caminho de se tornar quase universal” (BAUMAN, 2004, p. 18).

A liquefação moderna, efeito do distanciamento entre nação e Estado e da privatização, teve influência direta na proliferação de identidades, segundo o autor. Diferentemente do tipo de identidade que a sociedade ocidental se propunha na primeira modernidade, sólida – na qual as políticas de Estado empenhavam-se em manter uma cultura nacional que provesse identidades sólidas, através das quais a sensação de pertencimento fosse de tal modo naturalizada que mesmo a cogitação de seu questionamento não viesse a ser por qualquer motivo aduzida –, no presente panorama, no qual se vê enfraquecida a aliança necessária entre nação e Estado, marcado por uma cultura flexível e mutável, a identidade perpassa ininterruptas interposições e renegociações, movendo-se rapidamente e em aceleração constante; retirando, assim, de seu significado, a tradicional ideia de pertencimento irrefragável.

Dito de outro modo, não haveria mais aquela comunidade estável e duradoura, promotora de segurança e bem-estar, a qual se se pudesse e quisesse pertencer (BAUMAN, 2001).

A relação entre indivíduo e comunidade torna-se ambivalente – o que se refletirá nas relações interpessoais de toda sorte –, do que ocorre haver sempre algo a se perder tanto com um maior quanto com um menor grau de pertencimento. No primeiro caso, a angústia se dá pela sensação de estagnação, de mal aproveitamento das oportunidades, de carência por maior liberdade; no segundo, através da sensação de vazio causada pela ausência de segurança, esta jamais proporcionada pela modernidade sólida, que continha eficazmente qualquer necessidade por liberdade através de uma política de identidade nacional forte, promotora de acolhimento e previsibilidade (BAUMAN, 2003).

Não mais monitorados e protegidos, cobertos e revigorados por instituições em busca de monopólio – expostas, em vez disso, ao livre jogo de forças concorrentes –, quaisquer hierarquias ou graus de identidades, e particularmente os sólidos e duráveis, não são nem procurados nem fáceis de construir. As principais razões de as identidades serem estritamente definidas e desprovidas de ambiguidade (tão bem definidas e inequívocas quanto a soberania territorial do Estado), e de manterem o mesmo formato reconhecível ao longo do tempo, desapareceram ou perderam muito do poder constrangedor que um dia tiveram. As identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas (BAUMAN, 2004, p. 34).

No entanto, a liberdade de escolha identitária oferecida pela então modernidade desregulamentada e privatizada não estaria posta ao acesso de todos. O tipo de comunidade oriundo da recente sociedade líquido-moderna não oferece quaisquer garantias aos seus novos membros autoproclamados – para pertencerem-na, estes terão de fazê-lo com recursos e mérito individual, diferentemente do tipo de tratamento parental oferecido pelo Estado social de outrora. Isto é, o poder de escolha entre as diversas comunidades disponíveis, tal como o custo de troca ou descarte, restringe-se a um número reduzido de sujeitos (a elite econômica).

Os efeitos deste modelo de organização social nos indivíduos médios, segundo Bauman (2004), são o individualismo, a insegurança e a ansiedade. Socialmente, o modelo gera exclusão como nenhum outro – as demandas das comunidades na sociedade fluida não obedecem quaisquer regularidades, sempre contínuas,

restringindo o acesso e o sucesso dos inaptos e daqueles que almejam projetos de vida lineares.

Reações conservadoras contrapondo-se a tal modelo globalizante, como o nacionalismo e o fundamentalismo, insurgem em tentativas nostálgicas e pouco creditáveis de reavivamento de uma identidade similar àquela instituída pelo Estado-nação, bem como de incorporação daqueles excluídos do acesso ao consumo de identidades, constituindo ambas meramente “alternativas de solução local para problemas gerados globalmente” (BAUMAN, 2004, p. 66). Identidades e comunidades fluidas, relações interpessoais (amorosas, profissionais, jurídicas, espirituais...) desregulamentadas – imprevisíveis e instáveis –, “globalização”, cultura de consumo e individualização: eis alguns motes do mundo contemporâneo abordados. Certos efeitos psicossociais, socioeconômicos e ambientais da modernidade líquida apontados por Bauman indicam certa desconfiança do autor para com as promessas do modelo atual.

O movimento acelerado e contínuo de seleção e descarte identitários, cujas transações alimentam um mercado de consumo cíclico de curtíssimo prazo, bem como a aparente ausência de controle dos efeitos supracitados, parecem produzir mais desigualdade, intolerância, exclusão, insegurança e desconforto (o autor cita sintomas como depressão e ansiedade), do que prazer e bem-estar – este último resultante da “dosagem apropriada” de liberdade e segurança. As identidades – cuja função, nestes tempos, é proporcionar prazeres imediatos, já que impotentes contra a insegurança e o desamparo a longo prazo –, mais do que as comunidades, assumem a função ou a aparência de mercadorias. Como tais, guardam sua característica neoliberal mais proeminente e fundamental: a obsolescência programada. A cultura de consumo liberal e a produção de identidades pelo mundo multicultural e globalizado, ambos massificados, parecem possuir estreita correlação (BAUMAN, 2008).

Stuart Hall, no início de sua obra sobre a identidade cultural na pós-modernidade, nos fornece três concepções abstratas, mais genéricas, simplificadas e historicamente localizadas de identidade, através das quais podemos apreender a noção de identidade do indivíduo da modernidade até a contemporaneidade.

Na primeira delas, o sujeito do iluminismo, acreditava-se num indivíduo “totalmente centrado, unificado, dotado de capacidades de razão, de consciência e de ação” (HALL, 2006, p. 10). Tem-se a ideia de indivíduo que estrutura racional e

conscientemente a sociedade, de modo tal que a sociedade seria o produto da escolha de agentes autônomos plenos.

Na segunda, o sujeito sociológico, este “era formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava” (HALL, 2006, p. 11). Temos um indivíduo absorto em complexidades burocráticas de um estado-nação com altíssimos níveis de interdependência funcional que extrapola a possibilidade de ação plenamente autônoma.

Na terceira, o sujeito pós-moderno, este é confrontado “por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 2006, p. 12). Aqui, a identidade do sujeito possui alguma autonomia relativa em sociedade, algum poder de escolha entre as possibilidades oferecidas pelas estruturas sociais (como prefere mencionar Anthony Giddens⁷), ainda que não seja pensado enquanto indivíduo plenamente autônomo, tal como no iluminismo.

A proliferação das escolhas de identidade é mais ampla no "centro" do sistema global que nas suas periferias. Os padrões de troca cultural desigual, familiar desde as primeiras fases da globalização, continuam a existir na modernidade tardia. Se quisermos provar as cozinhas exóticas de outras culturas em um único lugar, devemos ir comer em Manhattan, Paris ou Londres e não em Calcutá ou em Nova Délhi (HALL, 2006, p. 79).

Um ponto que deve ser reiterado a esse respeito é o de para Hall, em consonância com o anteriormente afirmado por Zygmunt Bauman, a variedade e o alcance do acesso a essas escolhas por parte dos indivíduos possui relação direta com fatores econômicos e geográficos locais. A “globalização” não se faz presente ou livremente acessível em todo o globo. Isto é, contemporaneamente, parece haver certo tipo de imperialismo ocidental que, diferentemente do passado, no qual aparentava operar de maneira mais ou menos unilateral quanto ao processo de aculturação, agora passa a inserir elementos de outras culturas em seu rol de possibilidades de consumo (HALL, 2006).

O ponto pacífico em ambos os autores é o de que a questão da identidade, contemporaneamente, é um recurso fortemente influenciado por condicionantes

⁷ Ver segundo capítulo.

econômicos. Ambos se remetem a um período no qual os valores, práticas e símbolos estão aberta e fortemente vinculados à cultura do consumo, esta já globalizada, e que é consequentemente esse poder material, econômico, o que determina aspectos de ordem imaterial, cultural, simbólica, subjetiva. Não se trataria, afinal, de que os autores ignorem universos completos de identidades e/ou culturas periféricas que são produzidas dentro de limites estreitos de consumo ou não relacionados diretamente a esse aspecto, mas de uma tendência global majoritária, estatisticamente significativa.

Cultura e identidade

Um outro aspecto a respeito da questão da identidade é o seu lugar em relação ao conceito de cultura, uma vez que os dois termos parecem se confundir ou mesmo possuir definições idênticas em alguns casos. No primeiro capítulo de *Diferentes, Desiguais e Desconectados*, Canclini traduz uma definição de cultura que se expressa como “o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, (...) o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social” (CANCLINI, 2007, p. 41). Essa definição nasce da reflexão acerca de uma das oposições mais aceitas pela literatura sociológica recente, entre cultura a sociedade, segundo o autor, que cita Pierre Bourdieu e Ralph Linton como adeptos.

A sociedade é concebida como o conjunto de estruturas mais ou menos objetivas que organizam a distribuição dos meios de produção e do poder entre os indivíduos e dos grupos sociais, e que determinam as práticas sociais, econômicas e políticas. Mas, ao analisar as estruturas sociais e as práticas, fica um resíduo, uma série de atos que não parecem ter muito sentido se analisados com uma concepção pragmática, como realização do poder ou administração da economia (CANCLINI, 2007, p. 39).

Esse conceito de cultura, afirma o autor, nos permitiria entendê-la enquanto processo social. O autor classifica quatro vertentes de pensamento contemporâneas a partir de suas concepções de cultura, bem como sua relação com o conceito de identidade, de maneira que se pode ilustrar de que modo o termo vem sendo utilizado pelas ciências sociais.

Na primeira dessas vertentes contemporâneas que aborda a cultura enquanto processo, afirma Canclini, vê-se a “cultura como instância em que cada grupo

organiza sua identidade” (CANCLINI, 2007, p. 43). O autor julga esse tipo de interpretação com certa ressalva dado que não parece tanger totalmente a “complexidade que assumem as formas de interação e de recusa, de apreço, discriminação ou hostilidade em relação aos outros, nestas situações de confrontação assídua” (CANCLINI, 2007, p. 44) em um cenário de trocas interculturais globalizadas e constantes. Já aqui temos a noção de que a identidade não poderia ser concebida como um souvenir subjetivo uma loja cultural por meio do que os indivíduos montariam sua identidade livremente, por escolha deliberada. Deverá haver uma instância de confrontação seja previamente estruturada seja na interação com outros indivíduos que obstruiria tal livre escolha e deverá impô-la, no mínimo, a negociação. Outrossim, aqui, temos uma definição de identidade que a coloca enquanto elemento de um quadro maior, a cultura.

Numa segunda vertente, a ideia de cultura define-se tal que “instância simbólica da produção e reprodução da sociedade”, no que se destaca a ideia de utilidade, ou fim último mais objetivamente determinado de componentes simbólicos, como o objetivo de conferir certa coerência e ordenamento à esfera social, do modo como pude interpretá-lo. Para esta vertente, destaca-se não a oposição, mas a complementaridade entre cultura e sociedade, do que se faz destituir do significado de cultura aquele que a define como o plano de fundo das práticas sociais, diferentemente do que parece ocorrer na primeira vertente, mas a define mesmo como o seu inverso: “todas as práticas sociais contêm uma dimensão cultural, mas nestas práticas sociais, nem tudo é cultura” (CANCLINI, 2007, p.45), ao que acrescenta, posteriormente, que “quando dizemos que cultura é parte de todas as práticas sociais, mas não é equivalente à totalidade da sociedade, estamos distinguindo cultura e sociedade sem colocar uma barreira que as separe, que as oponha inteiramente” (CANCLINI, 2007, p. 45).

Uma terceira linha é a que fala da cultura como uma instância de conformação do consenso e da hegemonia, ou seja, de configuração da cultura política e também da legitimidade. A cultura é o cenário em que adquirem sentido as mudanças, a administração do poder e a luta contra o poder. Os recursos simbólicos e seus diversos modos de organização têm a ver com os modos de auto-representar-se e de representar os outros nas relações de diferença e desigualdade, ou seja, nomeando ou desconhecendo, valorizando ou desqualificando (CANCLINI, 2007, p. 46).

Esta terceira vertente parece se ajustar à perspectiva que toma a identidade enquanto processo relacional de poder. Igualmente, não haveria uma dimensão simbólica e cultural puramente decorativa que não servisse ao fim último de demarcação política material ou imaterial, como na segunda vertente. No entanto, para esta vertente, esse jogo simbólico parece ter a ver substancialmente com o estabelecimento de fronteiras e oposições entre os diferentes e desiguais. Esta vertente, particularmente, coaduna com a perspectiva de identidade que tomamos aqui, dado que parece intersectar significativamente com o que entendemos por processos identitários. É precisamente essas relações de poder por meio de representações de si e dos outros o mote central de nosso objetivo neste trabalho quando decidiu-se optar pela noção de identidade enquanto eixo explicativo do fenômeno da vida nas ruas – o que abordaremos teoricamente ainda neste tópico e empírico-razionalmente em um próximo.

Similar a esta terceira vertente, porém diríamos menos “positiva”, temos uma quarta que toma a cultura enquanto “dramatização eufemizada dos conflitos sociais” (CANCLINI, 2007, p. 46), que, não afirmando que os aspectos simbólicos das expressões humanas possuiriam uma relação quase direta com suas disputas de poder, afirma que estes seriam uma espécie de representação alegórica daqueles.

Ao cabo, o autor sintetiza, após uma inflexão semântica através da qual redefine seu objeto analítico para o “cultural”, em vez de simplesmente “cultura”.

O conjunto de processos através dos quais dois ou mais grupos representam e intuem imaginariamente o social, concebem e gerem as relações com outros, ou seja, as diferenças, ordenam sua dispersão e sua incomensurabilidade mediante uma delimitação que flutua entre a ordem que torna possível o funcionamento da sociedade, as zonas de disputa (local e global) e os atores que a abrem para o possível (CANCLINI, 2007, p. 49).

Cuche (1999), por sua vez, destaca uma diferença entre os termos que parece colocar as identidades “ao alcance” dos indivíduos, enquanto que a cultura flutuaria acima destes.

Não se pode, pura e simplesmente confundir as noções de cultura e de identidade cultural ainda que as duas tenham uma grande ligação. Em última instância, a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em

grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas (CUCHE, 1999, p. 176).

Ao meu entender, a separação entre cultura e identidade, para esta análise em específico, se faz necessária no instante em que estamos nos atendo a mecanismos intersubjetivos de demarcação, sobrevivência, exclusão e solidariedade social cujo acionamento se dá por características exclusivas de determinados grupos de indivíduos. Certamente todos os aspectos de uma da cultura devem possuir alguma relação com os indivíduos oriundos de seu seio, mas nem todos esses aspectos têm impacto decisivo na política do cotidiano que permeia suas relações com o outro. As identidades seriam, assim, elementos simbólicos descritivos dos sujeitos, presentes em um campo simbólico maior denominado cultura, através dos quais esses sujeitos tanto conferem sentido a si e aos outros quanto as acionam, racionalmente ou não, nas relações de aliança, solidariedade ou conflito com outros indivíduos em sociedade.

Processos identitários: identidade e relações de poder

Uma vez definida mais abstratamente a noção de identidade que pretendemos utilizar aqui, recorreremos a dois autores cujo uso se faz particularmente congruente com esta definição. Denys Cuche e Claude Dubar, em suas concepções de identidade expostas nos seus trabalhos mais academicamente relevantes, podem se enquadrar na terceira categoria descrita por Canclini mais acima quanto ao modo como entendem a noção de cultura e de identidades culturais. Isto, como reiterado continuamente ao longo do texto, coaduna com nosso propósito, que é o de observar as identidades enquanto mecanismos de poder material e simbólico intersubjetivo.

Denys Cuche, naturalmente, entende as identidades enquanto mecanismos de poder em última instância. As identidades culturais, para além de representarem indivíduos ou grupos objetiva ou subjetivamente, são instrumentos de demarcação material e imaterial nas disputas em sociedade. Neste esforço, o autor distingue duas concepções de análise da identidade social, uma objetivista e outra subjetivista, da análise relacional – esta última por ele considerada mais adequada à análise do fenômeno –, a fim de demonstrar por que a análise relacional das identidades superaria aquela dicotomia.

Para a concepção objetivista, a identidade cultural é descrita e definida:

(...) a partir de um certo número de critérios determinantes, considerados como "objetivos", como a origem comum (a hereditariedade, a genealogia), a língua, a cultura, a religião, a psicologia coletiva (a "personalidade básica"), o vínculo com um território, etc (CUCHE, 1999, p. 180).

Por essa perspectiva, uma certa identidade só pode o ser assim denominada caso aufera certo grau de tradição – institucionalizada e estruturante – na comunidade em que está inserida. Cuche insere as concepções primordialistas e culturalistas neste mesmo bojo, em razão de que tenderiam a essencializar as identidades, no seio das quais os indivíduos encontrariam seus modos de subjetivação previamente formatados.

Para a concepção subjetivista, “o importante são então as representações que os indivíduos fazem da realidade social e de suas divisões” (CUCHE, 1999, p. 181). Não haveria, em última análise, quaisquer parâmetros objetivos mais ou menos válidos, consolidados historicamente e culturalmente, para caracterizar o que deve ser considerado uma identidade legítima, por assim dizer. Cuche (1999) acrescenta a ressalva de que, tal concepção, se levada às últimas consequências, pode desembocar no entendimento de que a identidade seria um mecanismo social de tamanha volatilidade que se prestaria ao acionamento e mudança ao bel prazer de qualquer indivíduo de acordo com esta ou aquela circunstância consciente e voluntariamente elegida. Tal perspectiva identitária tenderia a sobrevalorizar sua efemeridade em detrimento de sua estabilidade.

A fim de superar os limites inerentes às concepções subjetivistas e objetivistas da identidade social, Cuche sugere a adoção de uma concepção relacional e situacional, da qual retira sua primeira forma de Frederik Barth.

Para Barth, deve-se tentar entender o fenômeno da identidade através da ordem das relações entre os grupos sociais. Para ele, a identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também, para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural. Uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações (CUCHE, 1999, p. 182).

Cuche evoca, a partir daí, o conceito de “identificação” como forma operatória de trabalhar com a noção de identidade, na medida em que as diferentes identidades estão em constante relação política umas com as outras. Disto, se faz manifesta a interdependência entre noções como as de alteridade e diferença junto à noção de identidade.

A identificação pode funcionar como afirmação ou como imposição de identidade. A identidade é sempre uma concessão, uma negociação entre uma “auto-identidade” definida por si mesmo e uma “hetero-identidade” [...] definida pelos outros (CUCHE, 1999, p. 183-184).

Para o autor, a tônica da discussão está disposta na disputa entre o modo como os grupos e indivíduos se identificam (auto-identidade) em oposição a como identificam uns aos outros (hetero-identidade), do que deriva que a consolidação de uma dada identidade se dará muito mais por uma luta de forças simbólicas entre os grupos do que por herança de uma tradição. Nestas circunstâncias, o grupo hegemônico poderá, mais facilmente, acredita o autor, controlar politicamente os mecanismos sociais de identificação.

Tal perspectiva da identidade enquanto mecanismo de ação (não necessariamente consciente) para situações de disputa – com enfoque menos cultural e mais social, se me faço entender – é particularmente útil ao empreendimento de pesquisa empírica sociológica que aborda fenômenos sociais a partir da noção de identidade.

Outro autor que, assim considero, pode ser categorizado dentro desta perspectiva é o Claude Dubar, como anteriormente dito. Dubar, na obra *A Socialização: Construção das Identidades Sociais* empreende pesquisa empírica acerca de categorias profissionais por meio da análise do que denomina *identidade social*, noção que apresentaremos adiante e cuja compreensão se aproxima bastante daquela abordada por Cuche na obra *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, acima abordada, de cunho mais ensaístico e teórico.

A identidade social, para Dubar, é definida como “resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem indivíduos e definem as instituições” (DUBAR, 2005, p. 136). Tal definição se justifica pela

“tentativa de compreender as identidades e suas eventuais cisões como produtos de uma tensão ou de uma contradição interna ao próprio mundo social (...), não essencialmente como resultados do funcionamento psíquico e de seus recalques inconscientes” (DUBAR, 2005, p. 137). Tal posicionamento, para o autor, possibilitaria a verificação empírica como instrumento de compreensão da identidade social.

Ela se justifica pela tentativa de compreender as identidades e suas eventuais cisões como produtos de uma tensão ou de uma contradição interna ao próprio mundo social (entre a ação instrumental e comunicativa, a societária e a comunitária, a econômica e a cultural etc.), e não essencialmente como resultados do funcionamento psíquico e de seus recalques inconscientes (DUBAR, 2005, p. 137).

Segundo Dubar (2005), a identidade se dá pelo encontro de dois processos de identificação, os quais abordaremos a seguir.

O primeiro deles, o processo de *atribuição identitária*, é feito por instituições e agentes, objetivamente; resulta de relações de poder e da legitimidade da categoria identitária; deve ser analisado no interior dessas relações. Tal processo é denominado “identidade social virtual”.

O segundo deles, o processo de *incorporação identitária*, se dá pelos próprios indivíduos, subjetivamente; deve ser analisado no interior de suas trajetórias sociais; são identidades legítimas para o indivíduo e para o grupo de referência a partir do qual o indivíduo se define. Tal processo é denominado “identidade social real”.

Tais processos, analisados empiricamente, não se coincidem necessariamente. Resulta dessa divergência o que se denomina “estratégias identitárias”, as quais possuem o intuito de reduzir a distância entre ambas e se dão pelo jogo de forças entre a identidade virtual e real (“sociedade” e “indivíduo”), processo denominado “negociação identitária”. A esse respeito, tais identidades devem ser entendidas enquanto “categorias particulares que servem para identificar os outros e para auto-identificação, e variam tanto de acordo com os espaços sociais onde se exercem as interações como de acordo com as temporalidades biográficas e históricas em que se desenrolam as trajetórias” (DUBAR, 2005, p. 144).

Sendo assim, os processos identitários ocorrem através das alterações das identidades virtuais pelas identidades reais, em maior ou menor grau – alterações derivadas de relações de poder em disputas concretas, que produzirão novas identidades virtuais “disponíveis” para acionamento individual (ou seja, identidades

disponíveis para processos de socialização), uma vez que “a identidade nunca é dada, ela sempre é construída e deverá ser (re)construída em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos duradoura” (DUBAR, 2005, p. 135).

Por fim, para além das definições prescritas que este tópico teve por intuito delimitar a respeito da noção de identidade cultural que nos servirá à empresa empírica de mais adiante, reitero aqui o papel das identidades enquanto mecanismos sociais de demarcação material e simbólica (para os diversos fins já antes mencionados, que se pode resumir pelos termos inclusão e exclusão em seus sentidos mais amplos), passível de verificação empírica sociologicamente orientada e capaz de revelar aspectos dos fenômenos sociais que esclarecem com validade científica elementos objetivamente mensuráveis que os caracterizam.

3 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, buscaremos delinear, mais abstratamente, os princípios norteadores da escolha metodológica da qual nos valem nesta dissertação, assim como justificarmos as opções e as rejeições metódico-técnicas das quais nos valem para aplicação empírica. Julgamos a importância de um capítulo específico para este esforço por considerarmos esta iniciativa um meio eficiente de creditar ao empreendimento sociológico um maior carácter de cientificidade.

Se se olhar para a história da sociologia no decurso dos últimos cem anos, torna-se claro que esta disciplina não retira a sua unidade nem de um consenso sobre o objecto, nem de um consenso sobre o método, mas do que se poderia chamar, um tanto paradoxalmente, um consenso polémico sobre o objectivo visado: elaborar um corpus de referências científicas (BERTHELOT, 2000, p. 111).

Na história da sociologia – desde os pais fundadores como Durkheim e Weber, ou na metade do século XX com os interacionistas e os estrutural-funcionalistas, e mesmo mais recentemente com Jeffrey Alexander e Richard Munch –, ao lado do debate que opunha reflexão crítica a conhecimento analítico, inscreve-se um debate epistemológico que tem como ponto nevrálgico a oposição entre duas formas de observação, concepção e interpretação do mundo social, cristalizadas nas noções tais que indivíduo e sociedade, ação e estrutura, indução e dedução, relativo e universal, particular e geral, ou, ainda, mais abstratamente e diluídas menos dicotomicamente, dentre aquelas, empirismo e racionalismo. Subjacentemente, inscreve-se aí também a oposição entre métodos qualitativos e quantitativos. Tal debate diz respeito, em última instância, à luta entre as diversas perspectivas sociológicas pelo carácter de cientificidade da disciplina.

Berthelot (2000) põe em questão a esfera de ordem mais política desse problema, no qual inscrevem-se não apenas oposições puramente teóricas acerca das possibilidades de uma ciências social universal e consensual contra uma ciências social relativa, determinada pelas condições de produção sociocultural local (o que levantaria suspeitas acerca do grau de cientificidade da disciplina, nos termos das ciências naturais), mas também a criação de uma guarnição institucional por parte de certas linhas de pesquisa que lhes garantisse o estatuto de teoria sociológica universal. No campo de disputa está em jogo não apenas os seus fundamentos

epistêmicos, mas o objetivo próprio da sociologia, entre a busca por generalizações a partir de inferências sobre regularidades, tal como prescreve as ciências mais duras, ou o de buscar compreender as relações sociais em sua especificidade.

Certa crítica considera que a solução ao impasse acima diz mais respeito ao problema de pesquisa do que ao fundamento ontológico da sociologia propriamente dito. De fato, tal fundamento deve ser precisamente sua adequação ao problema específico de pesquisa, dado que “em virtude de ser norteadas antes pelo problema do que pelo paradigma, a ciência social é organizada pela especialidade empírica e não por uma escola ou tradição” (ALEXANDER, 1999, p. 29), conforme sugestão de Merton. Disto decorre que, ainda que tenham ignorado esse fundamento, diferentes tradições e escolas tenham produzido conhecimentos objetivos sobre a realidade, uma vez que costumam se propor a problemas que seu escopo teórico-metodológico é capaz de resolver plausivelmente, tornando “possível adquirir conhecimento cumulativo autêntico sobre o mundo a partir de pontos de vista diferentes e opostos – e mesmo sustentar leis explicativas relativamente antecipatórias a partir de orientações gerais que difiram em substância” (ALEXANDER, 1999, p. 36).

A despeito da interferência histórica, social e cultural imbuída de interesses políticos certamente subjacentes à produção intelectual sociológica pelos diversos nichos em disputa, muito mais em ciências sociais do que nas ciências naturais, a construção de um conhecimento real acerca das sociedades não é uma condição inerente à sua produção. Não obstante, ainda, as diferentes linhas de interesse cognitivo e político que demarcam historicamente a disciplina – as quais, segundo Habermas, podem ser divididas mais abstratamente entre empírico-analítica, histórico-hermenêutica e crítico-praxeológica –, tal pluralidade de perspectivas deve ser compreendida de maneira complementar, e não mutuamente excludente, constituindo por vezes mais pontos internos de convergência que de divergência, sobretudo metodológica (LALLEMENT, 2008).

É nesta esteira que empreendemos a discussão, neste capítulo, acerca das condições de reflexão e prática da metodologia sociológica contemporânea, expondo alguns fundamentos epistêmicos e suas derivações em princípios de aplicação.

Fundamentos teóricos e epistêmicos

Nesta seção, buscaremos delinear, mais abstratamente, os princípios norteadores da escolha metodológica. De partida, nosso argumento consiste em que a metodologia sociológica é uma construção antes de tudo lógica (mesmo quando indutiva) que se efetua pelo acionamento de métodos e técnicas fundamentados em pressupostos teóricos, por sua vez amparados no problema de pesquisa – isto a que chamamos construção do objeto. Encontramos em Howard Becker um prático e didático significado para o termo metodologia:

Para os sociólogos, [a metodologia consiste em] estudar os métodos de fazer pesquisa sociológica, de analisar o que pode ser descoberto através delas e o grau de confiabilidade do conhecimento assim adquirido, e de tentar aperfeiçoar estes métodos através da investigação fundamentada e da crítica de suas propriedades (BECKER, 1993, p. 17).

Para Becker, a metodologia não deve ser entendida como “uma área especial de conhecimento esotérico dominada somente por poucos especialistas” (1993, p. 9). Ao escrever isso, o autor se refere aos pressupostos metodológicos que consideram científicos estritamente os métodos e técnicas fundamentados em modelos quantitativos abstratos (toma por exemplo os metodólogos que empreenderam aplicações empíricas da teoria dos sistemas parsoniana). Em detrimento de tais modelos metodológicos abstratos com aplicação geral indiscriminada, sentencia que os princípios metodológicos gerais dizem respeito a problemas empíricos e teóricos específicos, construídos em concordância com as demandas inferidas por experiências concretas também específicas. Desse modo, “problemas de método são sempre relativos à organização das relações entre os pesquisadores e as pessoas às quais estudam, e das relações entre as várias categorias de pesquisadores na produção do resultado” (BECKER, 1993, p. 14). Aqueles metodólogos “esotéricos” precisariam, ainda, “incorporar as descobertas da própria sociologia, tornando os aspectos sociológicos e interacionais do método parte do material submetido à revisão analítica e lógica” (BECKER, 1993, p. 28).

Se em Becker é possível notar dar-se maior relevância ao caráter empírico nas escolhas teórico-metodológicas da pesquisa sociológica (possível resultado de sua peleja com os estrutural-funcionalistas, nomeadamente em relação aos problemas mais operacionais da pesquisa, os quais, afirma, são frequentemente negligenciados por esses últimos em seus manuais metodológicos), Mills parece diminuí-la um tanto

em relevância, afirmando mesmo que “não há mais virtudes na pesquisa empírica do que na leitura, como leitura” (1982, p. 221). Ainda a respeito daqueles metodólogos profissionais que pretenderam separar “teoria” de “metodologia”, Bourdieu diagnostica aqueles terem ignorado a condição impreterível da construção do objeto em seu ofício sociológico – condição sem a qual o princípio de inextricabilidade teórico-metodológica não se sustentaria (1989, p. 24). Bourdieu também faz recriminações àquelas escolas de pensamento que optam exclusivamente por determinado método ou técnica específico em detrimento de outros, a exemplo dos interacionistas e da etnografia (1989, p. 25). É na etapa da construção do objeto que tais determinações teórico-metodológicas tomam forma.

Com efeito, as opções técnicas mais ‘empíricas’ são inseparáveis das opções técnicas mais ‘teóricas’ de construção do objeto. É em função de uma certa construção do objeto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou de análise dos dados, etc. se impõe (BOURDIEU, 1989, p. 24).

No processo de construção do objeto, o sociólogo deve transformar objetos sociais em algo mais do que se nos apresentam; observá-los para além do dado. Tais objetos sociais, observados de maneira previamente planejada, Bourdieu denomina objetos científicos. Daí a importância dos pressupostos teóricos (dos quais a construção do objeto se serve a priori) em detrimento da observação pura, visto que tais pressupostos servirão como parâmetro ou filtro do que deve ser observado e de como devem ser observados os objetos sociais na etapa de verificação experimental (BOURDIEU, 1989), de modo que assim se tornem objetos científicos. Noutros termos, os métodos e técnicas de análise dos dados empíricos devem ser acionados de acordo com premissas teóricas. Reforça Mills, “os fatos disciplinam a razão; mas a razão é a guarda avançada de qualquer campo do conhecimento” (1992, p. 221). Outrossim, ambos, teoria e metodologia, devem ser acionados de maneira interdependente. A partir desta reflexividade entre empírico e abstrato se dá o pensamento científico.

No processo de observação empírica norteadas pela construção do objeto amparada em pressupostos teórico-metodológicos e adequados entre si, o objeto científico deve ter como fonte de observação as relações sociais – e de poder, ativa ou passivamente – que dado objeto social possui dentro do seu campo. Tratar-se-ia, em resumo, “de construir um sistema coerente de relações, que deve ser posto à

prova como tal” (BOURDIEU, 1989, p. 32). Em seus estudos sobre estratificação social, Mills alega ser difícil evitar “ir além do assunto imediato, porque a ‘realidade’ de qualquer camada é, em grande parte, suas relações com o resto” (1982, p. 217). Isto é, os objetos científicos são constituídos por relações sociais problematizadas, não indivíduos ou sociedades isolados.

Esse modo de pensar relacional é central no pensamento do sociólogo Norbert Elias (2008). O autor critica certo uso metodológico que procura identificar regularidades através da análise de características comuns em dado recorte amostral de indivíduos tomados isoladamente – metodologia herdada da tradição clássica das ciências físicas, a qual denomina “atomismo científico”. Elias considera objetivo mais apropriado à sociologia a análise da dinâmica das relações, interações ou interconexões entre indivíduos e grupos de indivíduos, sendo necessário, segundo o autor, “não só explorar uma unidade compósita em termos de suas unidades componentes, como também explorar o modo como esses componentes se ligam uns aos outros” (ELIAS, 2008, p. 78).

Do que tange ao rompimento com o senso comum no processo de construção do objeto científico, o qual Bourdieu denomina “ruptura epistemológica”, o autor recomenda a análise da “história social dos problemas” (BOURDIEU, 1989). Isto é, a análise de como os objetos pré-construídos foram socialmente construídos no passado, da trajetória que percorreram até terem vindo a se tornar problemas socialmente legítimos. Isto possibilita evitar que se reproduza categorias de maneira automática e de significado pouco convergente com o problema científico específico no qual o pesquisador está a se debruçar (BOURDIEU, 1989).

Em síntese, a partir da construção do objeto, precedido da definição do problema e depurado de pré-noções, sejam acadêmicas ou do senso comum, poderemos pensar hipóteses que constituídas tanto de pressupostos teóricos quanto de métodos e técnicas adequados, com enfoque empírico nas relações sociais, nos permitem chegar ao cabo de uma explicação que demonstre a realidade que se deseja revelar – do que se leve em consideração que estas etapas podem se dar de maneira reflexiva e retroativa, de modo a possibilitarem verificação e controle mutuamente.

Fundamentos metódicos e técnicos

Nesta seção, pontuaremos e relacionaremos criticamente alguns métodos e técnicas a fim de admoestar certas imposturas que lhes foram, e por vezes são, frequentemente atribuídas, assim como justificaremos as escolhas que faremos para esta dissertação nesse sentido. É comum encontrarmos em ciências sociais certa divisão categórica da metodologia entre métodos qualitativos – por meio dos quais se buscaria compreender determinado objeto a partir de interpretação indutiva mais ou menos subjetiva de interações e relatos situacionais – e métodos quantitativos – através do qual se buscaria compreender determinado objeto a partir de inferência hipotético-dedutiva mais ou menos objetiva de variáveis fixas em amostragens numericamente significativas (GIDDENS & SUTON, 2016).

Se a divisão em si não é necessariamente problemática e pretende servir a fins didáticos quais sejam, tais termos não propiciam compreensão exata do que designam. Sobretudo pelo seu conteúdo relativo a objetividade (tomando “objetividade”, aqui, como dado mais confiável, mais aproximado à realidade que se deseja revelar). No que tange a esse aspecto, entendemos não haver hierarquia estática qualificadora de menor ou maior objetividade entre métodos ditos qualitativos ou quantitativos com existência independente da construção do objeto. Há, de fato, objetos científicos menos ou mais objetiváveis a depender do uso adequado, isolado ou combinado, de determinados métodos ou técnicas sociológicos.

É também comum notarmos certa predileção de dadas correntes teóricas por um ou outro conjunto de métodos e técnicas indiscriminadamente. Tal predileção, tratada sem a devida depuração epistêmica, pode corroborar para o tipo de separação ou associação generalizada e automática entre certos tipos de metodologia e teoria, bem como pelo descarte invariável de certos problemas que, em decorrência de seu caráter próprio, impossibilitariam a utilização compulsória desse ou daquele método predileto. Tomemos o método da observação participante, sob a perspectiva de um dos mais proeminentes entusiastas da crítica metodológica, como ponto de partida.

Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou (BECKER, 1993, p. 47).

O observador participante, para além do acima descrito, em seu processo de pesquisa, deverá dar enfoque a fenômenos significativos e observar sua regularidade

estatística e relação com outros fenômenos a fim de compor um modelo sistêmico explicativo que possibilite compreender o objeto sociológico. O recurso poderá servir tanto ao teste quanto à inferência de hipóteses. Consideramos que a análise de regularidades fenomênicas e possível tratamento quantitativo do compilado de informações levantadas, efetuada pela observação participante, em certa medida deslegitima sua qualificação como método subjetivo, ainda que, para tal, demande trabalho de estruturação massiva de dados *a posteriori* bastante aprofundado – que hoje pode ser feito sem grandes problemas com o auxílio de *softwares* (BECKER, 1993).

No caso de problemas que demandem maior profundidade interacional entre sujeito e objeto de pesquisa, por exemplo, a observação participante deverá oferecer resultados certamente mais objetivos que a entrevista e o *survey*, por exemplo. Noutro exemplo, para aqueles problemas cuja aproximação com os objetos supusesse certo distanciamento estratégico, mas que no entanto exigissem a presença física do observador na percepção de minúcias que não poderiam ser alcançadas nem por entrevistas nem por questionários e nem por interações diretas, seria a observação direta não-participante que conferiria dados mais objetivos (CHAUVIN; JOUNI, 2015). Do que tange ao aspecto amostral quantitativo, a observação participante ofereceria pouca abrangência, o que levantaria dúvidas de sua capacidade teórica de generalização do fenômeno para além do recorte observado, caso o problema o demandasse. Neste aspecto, o método seria mais útil ao teste localizado de hipóteses sobre fenômenos mais genéricos do que à inferência entre variáveis para fins de generalização, a exceção de que sejam feitos em maior número de casos.

A mesma imputação serviria ao método dos estudos de caso cujas características amostrais e teóricas se aproximam da observação participante, ainda que este último acione uma maior variedade metódica, tais quais a história de vida, a entrevista e a própria observação participante – o que supostamente proporcionaria maior profundidade (qualidade) ao objeto, uma vez que pode incorporar um maior número de procedimentos de coleta de dados (BECKER, 1993; ALVEZ-MAZZOTI, 2006). De fato, esses métodos são especialmente importantes se se propuserem a abordar casos críticos, extremos, únicos ou reveladores, especialmente para o fim de testes de hipóteses oriundas de métodos quantitativos (ALVEZ-MAZZOTI, 2006). A noção de caso, não obstante, pode abarcar espaços sociais mais amplos e se valer

de escopo metodológico amostral quantitativamente mais significativo, recorrendo a análises inferenciais de tipo matemático tais que a análise fatorial, que permite produzir 'resumos' gráficos de tabelas de grande e pequeno porte (DURVAL, 2015).

Assim como a observação participante, a entrevista sociológica é um método interacional para coleta de dados ou teste de dados coletados por questionários, por exemplo. Ao tratar do método da entrevista, Barbot (2015) apresenta certa orientação epistêmica para escolhas metodológicas de tipo mais interacional e com amostragem restrita, a "postura indutiva", tal qual o pesquisador não partiria de pressupostos teóricos oriundos de um problema sociológico que caracterizasse o que e quem se deve pesquisar, mas que efetuasse, através da "acumulação dos dados e do trabalho de análise, as *situações contrastadas* que vão lhe permitir arquitetar um quadro teórico" (2015, p. 104), isto é, as hipóteses, a teoria e o recorte empírico (quem e o que entrevistar ou observar) são induzidos por meio de experiência empírica prévia (entrevista ou observação aleatórios). Nesta etapa prévia, o número de entrevistas se seguiria até que encontrasse um ponto de saturação, isto é, até que deixasse de infletir no quadro teórico construído experimentalmente (BARBOT, 2015).

O que poderíamos interpretar que ela sugere, em comparação com a técnica amostral, é a construção de uma base de sondagem para amostra representativa estratificada a partir de uma amostra não probabilista por cotas (quadro teórico), o que aproximaria o método do objeto de pesquisa e conferiria maior objetividade. É provável que o tipo de problema que necessite da construção de uma amostra representativa por meio de entrevistas ou observação participante esteja relacionado ao tratamento de uma ou mais características de um grupo relativamente pequeno de indivíduos sobre os quais inexitem fontes documentais ou que sejam inacessíveis através de observação (FIRDION, 2015; SELZ, 2015). A construção de uma amostra deve considerar o problema de pesquisa, os recursos para aplicação, as técnicas de aplicação, o método de análise e a variância, a fim de evitar viés ou distorção. A amostra deve partir de uma base de sondagem confiável (ou criá-la), possuir um tamanho mais ou menos específico definido por cálculos matemáticos estatísticos e estar bem amparada metodologicamente para que possibilite inferências objetivas, de modo que a quantidade não significará automaticamente maior representatividade e adequação ao objeto de pesquisa, além de não resolver, por si mesma, problemas de ajustes operacionais, tais quais ausências de respostas em questionários e recusa de

entrevistas (FIRDION, 2015). Um dos mais difundidos métodos associados à amostragem é o questionário sociológico.

Às vezes critica-se este tipo de pesquisa por ela não refletir suficientemente sobre o que as pessoas fazem ou pensam. Alguns insistem no fato determinadas questões induzirem fortemente as respostas. O que é verdade. Outros evocam o fato que as pessoas não responderiam de forma sincera ou deformariam mais ou menos voluntariamente a realidade. Lá ainda, estas reações podem existir. Toda arte de construir a pesquisa e de redigir o questionário consiste precisamente em contornar estes obstáculos, a fim de que as respostas obtidas reflitam maximamente a situação das pessoas interrogadas (PARZIROT, 2015, p. 86).

O questionário é mais conhecido pelo seu caráter estatístico e massivo (acionado quando se requer informações acerca de um grande número de indivíduos), embora sirva perfeitamente a estudos de caso mais localizados. Desde a ordem das questões, como inserir indicadores nas questões, da utilização de questões fechadas ou abertas, o tipo de linguagem e a escolha do termos levantados na formulação das questões, o tipo de aplicador (se qualificado ou não), a presença ou não do aplicador, se feita por meio de computador, telefone ou folha impressa, a reflexão e o bom-senso na aplicação do questionário podem dirimir a incursão em obliquidade (distorção) por uma ou outra dessas opções técnicas a depender do tipo de amostra com o qual lide e do tipo de questão da qual esteja a tratar. A construção do questionário deverá, outrossim, incorrer a conhecimento prévio do campo de aplicação derivado de pesquisa qualitativa prévia, que situará o pesquisador acerca do que e de como questionar, bem como o auxiliará a ter discernimento acerca do que for respondido, tal como é prudente submetê-lo, retroativamente, a nova pesquisa qualitativa para aprofundamento ou verificação de resultados, a fim de que não se incorra no que se conhece por erros de especificação. A coleta sistemática de dados por meio de questionário é denominada *survey*. A ferramenta cumpre otimizar a investigação sobretudo de problemas bem demarcados a respeito do objeto construído, em decorrência do maior controle do pesquisador acerca do que se quer questionar e das possibilidades de resposta. Esse aspecto também possibilita a coleta de uma grande quantidade de dados em um curto período de tempo. É especialmente vantajoso, ainda, na solução de problemas que demandem generalização e inferência causal, por possibilitar a aplicação em grandes quantidades amostrais. O déficit sociológico do *survey* consiste de dois problemas bastante relevantes: o treinamento

adequado de um número significativo de aplicadores e o alcance mais ou menos seguro de certa fidedignidade psicométrica (PARZIROT, 2015; SELZ, 2015; PERISSIMOTO & BOLOGNESI, 2016).

O uso qualificado de questionários aplicados ao empreendimento sociológico, em particular, e da metodologia sociológica em geral, demanda conhecimento acerca do raciocínio estatístico aplicado aos problemas especificamente sociológicos.

As estatísticas podem também estar mais intimamente ligadas ao objetivo fundamental do sociólogo, que é o de compreender as causas que regem os fenômenos sociais. Trata-se então de analisar as relações entre diversos fatores e características, de buscar regularidades, testando hipóteses e buscando desvendar, às apalpadelas e de forma exploratória, coisas insuspeitadas. Ao logo de uma mesma pesquisa, a análise quantitativa preenche corretamente várias funções: ela permite confirmar ou informar determinadas hipóteses, apurar outras, definir os contornos do objeto de estudo, abordar novas perspectivas... (SELZ, 2015, p. 203).

O uso da estatística confere, acreditamos, maior precisão ao objeto de pesquisa. Seu tratamento, seja de dados coletados por entrevistas, questionários ou observação participante, deverá conferir maior confiabilidade para quaisquer formas de verificação empírica metodicamente orientada. No entanto, uma vez que a prática sociológica estaria imbuída de fatores subjetivos, determinados por um sujeito de pesquisa tal que procura responder a certo problema científico motivado subjetivamente a partir de um objeto sociológico empírico-racionalmente construído (considerando todos os problemas de confiabilidade expostos anteriormente a respeito de recursos tais quais a amostra, o questionário e a entrevista), e que parte do pressuposto epistêmico de que uma maior regularidade no aparecimento de determinado fenômeno (ou relação entre fenômenos) confirma sua realidade, o tratamento de dados por meios estatísticos servirá para conferir, na pior das hipóteses, uma crença também maior da obtenção de resultados mais concretos (SELZ, 2015; FIRDION, 2015; PARIZOT, 2015).

Na direção diametralmente oposta aos métodos que procuram credibilizar suas hipóteses por meio de inferências empíricas quantitativamente significativas e qualitativamente relevantes, temos o método da história de vida.

Não temos a expectativa, num programa de pesquisa amplo e diferenciado, de que qualquer trabalho nos dê todas as respostas ou

mesmo tudo de qualquer uma das respostas. O que precisa ser julgado é o empreendimento de pesquisa como um todo, em todas as suas partes (BECKER, 1993, p. 106)

Esse método, segundo avaliação de Becker, embora se constitua de uma “postura abertamente subjetiva”, pretende-se, analisada em associação a um conjunto de pesquisas metodologicamente diverso sobre uma mesma problemática, “material útil para a formulação de teoria sociológica geral” (BECKER, 1993, p. 102). Seu empreendimento, recorrendo a metodologia de investigação caracteristicamente sociológica, diferencia esse método da autobiografia e da ficção. O método considera a interação mais densa do sujeito de pesquisa com o objeto social, e suas interpretações sobre o espaço social no qual se insere, recursos importantes para a compreensão de um problema de pesquisa que exija informações que métodos com maior alcance quantitativo não teriam condições de acessar; ou mesmo de problemas mais amplos, desde que na posição de pesquisa complementar. O recurso teria, outrossim, a utilidade de servir como teste de hipótese ou, ainda, caso seus resultados indicassem exceções previamente reconhecidas, de acrescentar informações à temática geral. Pode servir também, semelhantemente a outros métodos anteriormente abordados tais que observação e entrevistas, à função de investigativa prévia (BECKER, 1993). Tais definições se dão de acordo com o problema de pesquisa e, por consequência, com os obstáculos por ela oferecidos no que tange à heurística de obtenção de dados. Um método historiográfico que vem sendo utilizado por cientistas sociais mais recentemente e que toma por matéria-prima o conteúdo de biografias é a prosopografia.

A prosopografia é o estudo biográfico coletivo comparativo de atores históricos por meio de *survey* (o que implica na correlação de variáveis). Os dados são extraídos de arquivos, no intuito de produzir “uma boa base de dados que, em boa medida, reúna um conjunto de evidências fabricadas pelo pesquisador, isto é, informações que reconheçam o aspecto lacunar do perfil produzido como estruturado socialmente, e que busque superar esse aspecto com pesquisa documental minuciosa” (HEINZ; CODATO, 2015, p. 251). Designa-se por arquivo toda fonte de memória conservada em forma documental, oriunda tanto do seio privado (familiar, empresarial, organizacional) quanto do público (institucional, estatal) – com destaque ao espaço departamental denominado, afinal, por “Arquivo”, cuja procedência e organização racional (catalogação) serve melhor aos fins de pesquisas científicas. Em

decorrência do caráter frequentemente lacunar e enviesado dessa modalidade, no que tange aos documentos em si mesmos e às relações entre o pesquisador e os agentes de produção e controle documental, o seu uso pelo sociólogo – sobretudo quando se tratar de arquivos de ordem privada, jurídica ou política – deve considerar “uma compreensão fina dos mecanismos políticos e sociais de produção, de conservação e de seleção dos documentos que vão ser levados em conta pelo pesquisador em suas análises” (ISRAEL, 2015, p. 146), o que implicaria numa revisão reflexiva teoricamente orientada ao problema de pesquisa (princípio epistêmico repetidamente afirmado neste capítulo) tanto do conteúdo em si quanto do modo de classificação originais.

Se a comparação entre indivíduos implica critérios avaliativos rigorosos, a comparação entre grupos ou sociedades maiores é ainda mais complexa e arriscada. A análise comparativa sociológica entre unidades sociais, grandes ou pequenas, permite observar regularidades e singularidades entre os objetos sociais comparados, identificar relações e inferir causalidades por meio do contraste entre quadros sociais distintos. Para tanto, contudo, deve-se levar em consideração fatores históricos, culturais e sociais a eles intrínsecos a fim de evitar projeções etnocêntricas do pesquisador, a fim de que não se incorra em obliquidade (PAUGAM & VAN DE VELDE, 2015).

Do sentido e da qualidade desta arbitragem entre regularidades e singularidades dependerá a pertinência do dispositivo comparativo adotado. As configurações escolhidas não possuem um valor irreduzível em si; elas carregam as condições sociais, históricas, políticas e culturais que o trabalho de interpretação terá por objetivo reconstruir; mobilizando os fatores que permitem prestar contas dos contrastes objetivados (VAN DE VELDE & PAUGAM, 2015, p. 295).

Na história de vida e na prosopografia – e, de fato, em todas as pesquisas que levem em consideração o aspecto mutável dos fenômenos sociais –, a dimensão temporal, histórica ou longitudinal evoca o conhecimento de determinados pressupostos analíticos e do uso de determinados aportes técnico-metódicos específicos. A coleta de dados longitudinal pode ser feita de três formas: retrospectivamente, por meio da reconstituição de sequências de acontecimentos adquiridas por interrogatório (normalmente por entrevista, próximo ao tipo descrito nas histórias de vida); prospectivamente, conhecida como painel, na qual a pesquisa é

aplicada ao objetos sociais em momentos distintos no tempo (normalmente por questionário, próximo ao tipo descrito na prosopografia); e por último através de construção cronológica fundamentada em diversos dados. Esses tipos podem ser acionados isoladamente ou em conjunto, a depender do tipo de problema que se queira responder (SAFI, 2015).

Da construção do objeto e da aplicação empírica

Como afirmamos, é a partir da construção do objeto, precedido da definição do problema e depurado de pré-noções, sejam acadêmicas ou do senso comum, que poderemos pensar hipóteses tais que, constituídas tanto de pressupostos teóricos quanto de métodos e técnicas adequados, com enfoque empírico nas relações sociais (levando em consideração que estas etapas podem se dar de maneira reflexiva e retroativa, de modo a possibilitarem verificação e controle mutuamente), direção que consideramos a mais ou menos correta de proceder em termos de pesquisa sociológica. Questionamos, ainda, a validade da divisão epistêmica entre métodos quantitativos e qualitativos, primeiro com o intuito de destacar a importância dos aspectos de ordem qualitativa nos métodos ditos quantitativos, segundo para advogar contra a acusação de subjetivismo por parte dos métodos ditos qualitativos, e terceiro para destacar as imposturas nas quais incorrem certa literatura clássica, já consideravelmente conhecidas pela sociologia contemporânea.

Reiteramos, ainda, que a objetividade dos métodos e técnicas sociológicos só podem ser medidas quanto à sua adequação aos requisitos de alcance empírico do objeto científico sociologicamente construído a partir de um problema eminentemente sociológico. Como afirma Serapioni (2000), “em verdade, os métodos qualitativos são tão rigorosos quanto os quantitativos. Qualquer método requer um conjunto de regras e procedimentos, que permitem controlar os componentes subjetivos da interpretação”. Se há, ademais, características idiossincráticas que justifiquem tal divisão, estas estariam – e mesmo assim com algumas ressalvas – relacionadas tanto mais aos níveis de aprofundamento (as quais propiciariam dados mais robustos, mas que não garantiriam inferir generalizações muito confiáveis) e abrangência (as quais propiciariam generalizações mais confiáveis, desde que tratassem de problemas cuja coleta de dados individuais não demandassem aprofundamento interpretativo) do que a níveis de objetividade e subjetividade.

Tanto Elias quanto Dubar tomam por objeto sociológico as relações socioculturais e de poder empiricamente. Dubar, em sua análise da identidade social através da investigação da identidade profissional, relaciona discursos acerca de si e do outro entre indivíduos de posições sociais distintas a fim de explicar de que modo a socialização neste campo é construída. Elias, em sua pesquisa a respeito da diferença de status entre moradores de um mesmo bairro, destaca que “métodos baseados no pressuposto tácito de que os fenômenos sociais seriam combinações de variáveis, comparáveis às combinações de partículas atômicas que servem aos cientistas naturais como um de seus principais modelos” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 53), independentemente da configuração social completa, não seriam capazes de explicar o fenômeno satisfatoriamente. O enfoque de ambos os autores é a relação social, e não os indivíduos ou grupos separadamente.

Ennes e Marcon estabelecem, objetivamente, quatro dimensões das relações sociais e de poder produtoras de pertencimentos e alteridade para apreensão e explicação de processos relacionais entre grupos distinguíveis por demarcadores identitários em disputa material e/ou simbólica, quais sejam (i) os atores e a dinâmica de demarcação da diferença entre si; (ii) as relações entre o objeto de disputa e a identidade enquanto mecanismo de disputa; (iii) as normas e os princípios que regulam e norteiam tais processos; (iv) o contexto histórico-social através do qual a ocorrência de tais processos se torna possível (ENNES; MARCON, 2014). Uma vez que nosso objeto se trata de uma relação social por meio da qual a identidade do indivíduo em situação de rua é evocada por eles e pelos outros enquanto mecanismo de poder, da estigmatização à caridade, a observância do crivo especificado pelos autores foi decisiva na identificação, neste projeto, de um processo relacional de poder efetivamente identitário, passível de ser empiricamente observável. Este crivo nos auxiliará, ainda, a nortear o conteúdo dos procedimentos e técnicas utilizados em campo, de modo que não percamos o foco daquelas relações sociais através das quais ocorrem disputas materiais e simbólicas com o acionamento da identidade enquanto mecanismo de poder pelos agentes envolvidos.

Para esta pesquisa, a coleta de dados foi executada através de quatro etapas, compreendendo métodos e técnicas qualitativas e quantitativas, quais sejam:

(a) Revisão sistemática da literatura clássica e recente acerca do tema, incluindo, porventura, além das pesquisas em ciências sociais, as pesquisas e relatórios correlatos à temática, de modo auxiliar;

(b) Realização de entrevistas semiestruturadas com os agentes investigados (indivíduos em situação de rua; moradores e comerciantes nas adjacências, órgãos estatais e instituições sociais e religiosas), cujo número foi estipulado de acordo com as condições práticas para análise densas dos casos e cuja escolha comportou variabilidade estratégica, de maneira que permitiu a obtenção de uma amostra significativa e relevante, que incluiu sete indivíduos em situação de rua, três comerciantes locais, três moradores locais, um agente policial e um servidor público do Centro POP, além de conversas informais com diversos transeuntes da localidade ao longo de dois anos;

(c) Mapeamento e interpretação dos dados coletados, que consistiu na inferência de correlações e causalidades entre o aparato teórico e empírico.

(d) Observação participante e direta não-participante, a fim de captar detalhes das relações entre os indivíduos que o formato de entrevistas, pela suposta maior formalidade, não permitiria, situação na qual foram feitas anotações *a posteriori* por meio de conversas informais participação silenciosa no convívio dos indivíduos em situação de rua.

(e) Análise comparativa teórico-empírica, eventuais redefinições teóricas, formulação de estrutura dissertativa e efetiva redação.

4 INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RUA, COMUNIDADE E ESTADO

Neste capítulo, faremos uma descrição mais pormenorizada do lugar, sujeitos e objetos de pesquisa para posteriormente empreendermos uma análise comparativa dos dados empíricos coletados por meio de observação e entrevistas contra aqueles da bibliografia específica existente sobre o tema, análise esta a ser executada sob o crivo e orientação do aparato teórico-metodológico exposto neste texto nos capítulos anteriores, com o fim de verificar a hipótese sugerida já na introdução.

Bursztyn (2000) remete o fenômeno da vida nas ruas, da maneira como a conhecemos hoje, ao início do capitalismo. Durante o século XX, afirma, políticas interventivas contra os assim chamados “riscos sociais” passaram a ser crescentemente adotadas para conter a miséria produzida pelo século anterior. No entanto, ressalva, no último quarto deste século, período relativo ao surgimento das políticas econômicas neoliberais, certas categorias de cidadãos “são jogadas no desemprego e, passado algum tempo, podem tornar-se desnecessárias ao circuito econômico, configurando custos (gastos em políticas sociais) e riscos (de segurança) para os que ainda estão engajados” (BURSZTYN, 2000, p. 28).

Bauman (1998), de maneira similar, põe o fenômeno enquanto efeito da “criação e anulação dos estranhos” na pós-modernidade, decorrente de processos tais quais a “desregulamentação universal (...), a desatada liberdade concedida ao capital e às finanças (...), o despedaçamento das redes de segurança (...), e do repúdio a todas as razões não econômicas” (BAUMAN, 1998, p. 34).

De outro modo, numa dimensão mais aproximada do fenômeno, a partir de estudos de campo localizados, tal fenômeno decorreria de “ruptura(s) nas dimensões afetiva, profissional, social, familiar e, outras vezes, é promovido por imponderáveis relativos à saúde ou à dependência de produtos [químicos]” (GEHLEN; SCHUCH, 2012, p. 27).

Frangella (2004, p. 26), por sua vez, destaca na narrativa dos indivíduos em situação de rua que “a trajetória até a chegada à rua costura uma primeira sucessão de experiências (...) que cronologicamente se estrutura de uma forma similar, partindo de um acontecimento marcante para acabar na subtração de vínculos anteriores, sejam eles econômicos, familiares, afetivos, religiosos, entre outros”. Os recortes acima elegidos permitem reforçar a ideia de multiplicidade de fatores em diversos níveis analíticos com variadas probabilidades causais a incidir sobre o fenômeno em

questão, e mais abstratamente a ideia de que fenômenos interacionais se manifestam sob certas condições estruturais, sejam econômicas ou culturais.

Do que tange aos efeitos causados pela existência do fenômeno social em questão, pode-se afirmar que, de maneira generalizada, a existência de indivíduos em situação de rua suscita estranhamento coletivo pelo mal-estar causado em decorrência da paupérie e da ausência de cidadania (NEVES *et al.*, 2011). Consequentemente, a presença de tais indivíduos costumarão atrair para si relações de conflito ou solidariedade. Tais indivíduos habitam e modificam lugares públicos, e seu modo peculiar de habitar, comportamental e materialmente, implicam, frequentemente, ações repressivas, exclusivas, corretivas ou assistenciais da comunidade e das instituições das quais são alvo (FRANGELLA *et al.*, 2004). De Lucca (2007) nota, é importante acrescentar, que, desde a década de noventa, o problema vem sendo cada vez mais institucionalizado. As modalidades de intervenção, antes provenientes de ações comunitárias, normalmente protagonizadas por entidades cristãs, deslocam-se cada vez mais fortemente para ações institucionais ou conjuntas (público-privadas). Em decorrência deste deslocamento, a condição do indivíduo em situação de rua transfigura-se de situação de sofrimento individual para situação de risco coletivo, afirma o autor. No entanto, pôde-se notar, a partir desta pesquisa, que determinados estratos da sociedade possuem formas distintas tanto de tratamento quanto de visão a respeito do fenômeno, mesmo a nível institucional em sua prática.

Segundo o último relatório oficial, de 2007⁸, emitido pela SEMASC, da Prefeitura de Aracaju, produzido em conjunto com as prefeituras de São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro, região metropolitana de Aracaju, foram identificados 384 indivíduos em situação de rua, a maioria do sexo masculino (72%), entre 19 a 26 anos (32%), parda (38%) e sem deficiência física ou mental (62%). Possuía documentação 47%, 11% havia concluído o ensino médio e 60% possuía residência fixa. Residia 71% em Aracaju, 15% em Nossa Senhora do Socorro, 6% na Barra dos Coqueiros e 4% em São Cristóvão. O relatório compara dados e análises de estudos acerca da população em situação de rua com o quadro aracajuano. O projeto pretendeu servir de aporte à formulação de diretrizes adequadas “para a

⁸ Procuramos dados mais atualizados junto a SEMASC, mas não obtivemos retorno até a presente data.

intervenção da política pública de assistência social no município, a partir da SEMASC e em conjunto com a FUNDAT e outros parceiros” (ARACAJU, 2007, p. 42).

A praça do Rosa Elze

O conjunto Rosa Elze é localizado no município de São Cristóvão, Sergipe. Segundo dados do IBGE Cidades, de acordo com o último censo (IBGE, 2010), o município conta com uma população de 78.864 pessoas. O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 3,1 salários mínimos. A percentagem da população ocupada é de 15,7% e o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo é de 41,6% (embora pareça um número alarmante, isto a coloca na posição de terceira cidade com melhores índices do Estado de Sergipe). Com PIB *per capita* de 10.172,46 reais (que coloca o município na 45ª posição do estado de Sergipe), 0,662 no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e renda *per capita* de 388,36 reais, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IBGE, 2010). Esse índice é considerado médio pelos parâmetros dos pesquisadores. A cidade possui 19,9% da população economicamente inativa e 13% da população ativa desocupada, 48,5% da população vulnerável à pobreza e 37% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal.

A praça do conjunto Jardim Rosa Elze⁹ é o local ocupado pelos indivíduos objeto desta pesquisa. Trata-se de uma praça localizada há mais ou menos 100 metros da Universidade Federal de Sergipe em que se estabelecem dois quiosques que servem *fast-food* e bebidas, duas quadras de esportes, algumas estruturas para realização de atividades físicas e um pequeno palco para a realização de eventos artísticos, políticos e religiosos. Numa das ruas adjacente a essa praça se realiza a feira livre do conjunto às quintas-feiras. Há certa diversidade de estabelecimentos comerciais no entorno da praça, cujos mais importantes são três mercadinhos, um chaveiro, duas padarias, duas lojas de materiais de construção, duas lojas de roupas e variedades, uma loja de móveis, um açougue, duas lanchonetes, uma pizzeria, uma escola infantil e duas farmácias.

⁹ Ver Foto I em Anexos.

O que uma observação frequente da praça (este que vos escreve foi residente de seu entorno durante dois anos) pôde nos informar de mais particular a respeito do tipo de indivíduos que frequentam e movimentam a praça e seu entorno foi que as origens sociais desses indivíduos são compostas por habitantes da localidade e estudantes universitários, de modo que a praça não configura um grande centro comercial que atrai indivíduos de outras origens advindos de outras localidades mais distantes na região metropolitana de Aracaju, mesmo nos dias de feira livre. Pôde-se observar também que os eventos promovidos na praça eram realizados em sua maioria por comunidades evangélicas e estudantes ligados ao espectro político de esquerda, mais fortemente ligados a movimentos estudantis, identidades minoritárias e subculturas urbanas tais quais variações tupiniquins do *rap* e *hip-hop*.

Neste ponto, outrossim, consideramos necessário pôr em questão a disputa material pelo lugar e pelo espaço entre os sujeitos de pesquisa. Os sujeitos de pesquisa aos quais nos referimos têm, naturalmente, diferentes anseios a respeito do que figurar no ambiente em que habitam. Por princípio, a preservação do patrimônio está relacionada não apenas a um enfoque arquitetônico, urbanístico ou estético institucionalmente planejado, mas à confluência entre esses fatores e a significação sociocultural dada pela comunidade e mesmo pelo jogo de forças entre a diversidade que a compõe. Sendo assim, a diversidade cultural pela qual a cidade contemporânea é composta supõe a implementação de políticas urbanas que descentralizem o poder sobre o patrimônio no intuito de colocar toda população e seus respectivos valores simbólicos corroborados nas ações de preservação urbana. O valor dado pelos grupos humanos às estruturas edificadas e elementos da natureza destes territórios é diversificado, de modo que refletem tal como constroem identidades, o que interferirá diretamente na razão de ser das alterações na paisagem urbana (ARANTES, 2009).

Lugares são espaços apropriados pela ação humana. São realidades a um só tempo tangíveis e intangíveis, concretas e simbólicas, artefatos e sentidos, resultantes da articulação entre sujeitos (identidades pessoais e sociais), práticas (atividades cotidianas e rituais) e referências espaços-temporais (ARANTES, 2009).

Do ponto de vista simbólico, “os sentidos psicossociais do patrimônio que fazem parte da experiência de habitar uma cidade são constantemente refeitos e, reflexivamente, acumulados nos marcos tangíveis que identificam e estruturam a paisagem urbana” (ARANTES, 2009). Do ponto de vista econômico, é válido salientar

que o patrimônio serve tanto à especulação quanto ao desenvolvimento sustentável e à cultura, do que se supõe haver um equilíbrio entre tais fatores simbólicos, econômicos e socioambientais. Sua eficácia exige responsabilidade por parte dos indivíduos e das instituições, isto é, seus agentes (ARANTES, 2009; LEITE, 2007).

Dito isto, suportado pelos dados do IBGE aliados às observações diretas, nos importa aqui postular a compreensão de que esse cenário, o da praça do Rosa Elze, comporta uma variedade socioeconômica pouco desigual e majoritariamente de classe média a baixa em termos de renda. Se os estudantes representam um ponto fora da curva, esse fato parece ser amenizado – novamente, isto dito quanto aos fatores estruturais comumente associados às causas do estigma, já introdutoriamente mencionados nesta dissertação – por influência da inclinação política à qual a maioria daqueles que transitam pela praça aderiram. Esse quadro me parece determinante para afirmar com significativa solidez que os fatores socioeconômicos e socioculturais da localidade expressam haver pouca distância entre seus membros nos termos antes especificados, da ordem do conflito de interesses materiais e imateriais. Como já expressei no segundo capítulo, esses fatores de ordem macrossocial possuem forte incidência na compreensão de aspectos relacionais de ordem interacional, daí a razão pela qual os menciono aqui. Tais fatores, ainda, fazem corroborar afirmativamente a nossa hipótese.

Caracterização dos sujeitos de pesquisa e suas relações sociais

Nesta seção, caracterizaremos o indivíduo em situação de rua e suas relações com a comunidade e os agentes estatais de segurança e assistência social que atuam na praça¹⁰ bairro Rosa Elze. Descreveremos peculiaridades quanto ao modo de vida, rotinas de sobrevivência e dinâmica social daqueles indivíduos, a fim de cumprir com o segundo e terceiro objetivos específicos mencionados na introdução desta dissertação. Para tanto, como anteriormente mencionado no quarto capítulo, nos valem predominantemente de observação participante, observação direta não-participante e entrevistas semiestruturadas.

A escolha por métodos classificados como qualitativos¹¹ se faz evidente dada a dimensão do nosso campo de pesquisa e, o que é consideravelmente mais

¹⁰ Ver anexos.

¹¹ Ver segundo capítulo.

importante, ao tipo de problema sociológico ao qual nos submetemos a buscar esclarecer. Esses dados qualitativos se somarão a dados quantitativos obtidos de fontes diversas. Não obstante, aqui, seja por questões recursivas e temporais seja porque tal quantificação não auferiria uma maior objetividade analítica ao problema, não nos faça necessário produzi-los. Acreditamos, afinal, neste caso específico, por exemplo, que uma maior intimidade com os sujeitos de pesquisa, uma maior depuração de seus discursos e percepções nos confeririam dados mais precisos do que o que podem oferecer entrevistas estruturadas por prosopográficas, uma vez que se trata de tema delicado cujo alcance das reais impressões (ou o mais próximo que se possa chegar disso) por parte dos sujeitos demandaria a identificação de minúcias que mesmo uma grande quantidade (as quais não teríamos como produzir, afinal) de respostas padronizadas não poderiam captar.

As seguintes questões buscaram nortear a entrevista com os indivíduos em situação de rua: “Há quanto tempo nas ruas?”; “O que é viver nas ruas?”; “Qual a relação com a vizinhança?”; “O que foi preciso mudar na praça para melhorar a vida nela?”; “Vocês recebem ajuda?”; “Vocês sofrem algum tipo de preconceito ou violência?”; “A quem vocês recorrem para se alimentar?”; “Vocês têm alguma atividade cotidiana?”; “Conte-me um pouco do processo de adaptação às ruas e de como vocês fazem para sobreviver”.

Para a comunidade, as perguntas norteadoras foram: “O que viver nas ruas significa para vocês?”; “O que você pensa sobre os moradores de rua daqui da praça do Rosa Elze?”; “De que maneira vocês se veem envolvidos com os moradores de rua?”; “Você já ofereceu algum tipo de ajuda ou já foi solicitado a prestá-la por eles? O que você pensa disso?”; “Vocês já testemunharam intervenções da polícia ou de assistentes sociais na praça em favor ou contra os moradores de rua?”.

Para os agentes policiais e os responsáveis pelo Centro POP, as perguntas norteadoras foram: “Quais as instruções de conduta no relacionamento com os moradores de rua da praça do Rosa Elze por parte dos órgãos oficiais e como se dá o seu relacionamento pessoal com esses indivíduos?”.

A partir dessas perguntas, outras surgiram de acordo com o que se obtinha das respostas iniciais. O número de indivíduos em situação de rua entrevistados e observados, tal qual o definimos anteriormente, é de sete pessoas (Nailson, David, Antônio, Wellington, João, Josevaldo e Muribeca), havendo ainda quem durma na praça esporadicamente (todos os que pude conversar alegando possuir domicílio). O

número de indivíduos da comunidade local foi em quatro pessoas (Quirino, Margarete, Jeferson e Cigano) e o número de agentes estatais diretamente entrevistados foi em dois, um policial (com intervenções pontuais de outros policiais) e um assistente social (cujos nomes tomei por bem não revelar neste texto, por precaução). Ressalto, ainda, de antemão, que os trechos recortados dessas entrevistas aqui expostos apenas reafirmam um número maior de conversas informais e observações participantes e não-participantes durante o período de mais de dois anos em que residi nas proximidades da praça.

Na minha visita inicial a campo, avisto um dos indivíduos em situação de rua, Antônio, um tanto maltrapilho, com roupas sujas e velhas. Antônio é o mais velho na praça e não fala muito. A maioria dos indivíduos em situação de rua da praça possui meia idade, sendo David o mais novo e único na casa dos vinte anos. Está sentado à sombra de uma grande árvore urinando no chão, com uma aparência pouco saudável. Após urinar, ele senta e se cobre com um lençol sujo. Aproximo-me e pergunto se posso entrevistá-lo. Ele parece não ter entendido muito bem, apresenta um semblante um tanto disperso, cansado, e então alega estar com fome. Vou até a padaria próxima e compro pães e iogurte. No caminho, avisto mais dois indivíduos dormindo num colchão de casal na parte elevada da praça, onde se esperaria haver um jardim. Volto até a praça e me sento ao lado de Antônio. Nesse instante ele está deitado, coberto. Eu o sacudo e pergunto se não quer comer. Ponho o iogurte nos copos e abro a sacola de pães. Um quarto indivíduo se aproxima, vindo de outro ponto da praça no qual conversava com o que depois eu viria a saber serem pedintes, mas não indivíduos em situação de rua (optavam por dormir abaixo de um teto). Eu o cumprimento, me apresento, pergunto se dorme na praça e se posso entrevistá-lo, no que ele responde ambos positivamente. Ofereço-lhe os aperitivos. Seu nome é Nailson, está vestido de modo relativamente razoável. Ele tenta ajudar Antônio a comer e beber algo. Um dos dois que estavam dormindo se aproxima de nós, o David. Chega se servindo e se apresentando, de modo um tanto fanfarrão. Possui tatuagens, está sem camisa e de samba-canção. Ambos se sentam junto a mim no chão e se servem. Pergunto-lhes se não se importariam que eu gravasse a entrevista, no que respondem negativamente (permitindo a entrevista). Nesse instante eu estou com Antônio, Nailson e David sentado no chão da praça sob a sombra de uma árvore grande.

A maioria das demais entrevistas e encontros possui formato semelhante ao anteriormente descrito. Após esse primeiro encontro, virei a conhecer João, Josevaldo, Wellington e Muribeca. Naison, David e João foram os que mais se dispuseram à comunicação, enquanto Antônio e Muribeca aparentavam sempre um estado de torpor e dispersão.

A higiene é feita através de uma saída d'água disponibilizada na praça cujo acesso é permitido aos fins de semana no horário da prática de futevôlei por alguns moradores locais. Fezes e urina são feitas no espaço do jardim (coberto por grama) da praça ou na própria praça (pude observar Antônio urinando sentado no chão da praça assim que cheguei para entrevistá-los). Há no espaço habitado dois colchões, um de solteiro e um de casal, e um banco de trás de automóvel, como antes mencionado, nos quais eles dormem – quando não o fazem no próprio chão (Antônio permaneceu toda a entrevista deitado, e pude observá-lo, de passagem, do mesmo modo, outras vezes). Esses objetos mudam esporadicamente de lugar e novos objetos são constantemente acrescentados, assim como outros desaparecem. Nailson relatou que, por vezes, a coleta de lixo é orientada a removê-los.

Do que tange aos poucos eventos relatados de violência ou exclusão contra os habitantes da praça, segundo relato de João, houve um policial que costumava jogar futevôlei na quadra da praça que os ameaçava a tranquilidade (dos indivíduos em situação de rua) tanto quanto ao uso da água como quanto à preparação de comidas feitas em fogueiras improvisadas nos canteiros da praça. Houve, ainda, um relato de que próximo às eleições de 2018, a prefeitura haveria tentado retirá-los do local, no período em que iniciaram uma reforma na praça.

Os moradores aqui ajudam a gente. Tem uns poucos, uns quatro ou cinco (...). Eles falam que vão tirar todo mundo daqui. Tem um policial que joga vôlei sempre aí, a gente fazia fogo ali, ele apagou o fogo e jogou tudo fora, aí a gente começou a fazer fogo ali e ele apagou de novo. Aí eu botei queixo, “você não vai apagar de novo não”, a gente paga imposto também, um cigarro, uma coisa que a gente compra a gente tá pagando imposto, é ou não é? Nós temos direitos também. Só porque ele é policial quer humilhar a gente, não pode ser assim (João).

A tática de alimentação se dá através de pedidos e doação espontânea por parte de domiciliados, estudantes, comerciantes e instituições religiosas dos arredores, havendo mesmo uma regularidade diária de doações por parte de alguns

restaurantes e lanchonetes, arranjo que parece ter sido negociado pelos moradores, segundo relatos dos indivíduos em situação de rua e da comunidade.

Não, aqui é tranquilo. Todo mundo brother, traz rango, água, pra gente. Seu Milton, Margarete, Adriana. Todo mundo trata a gente bem. O pessoal aqui quer que a gente fique de olho. Se alguém arrombar, a gente chega (David).

Segundo Nailson, há ainda ferramentas de cozinha guardadas na casa de algum conhecido de confiança, pois ele teme que as roubem. Um ponto interessante quanto a este aspecto é que se alegou não haver qualquer intervenção estatal positiva nesse sentido (houve mesmo uma reivindicação quanto à criação de um albergue por parte da prefeitura, segundo os indivíduos em situação de rua). João, no entanto, alegou que o Centro POP já fez algumas visitas ao local para prestar assistências aos indivíduos em situação de rua. Ele ainda acrescentou algumas críticas à gestão do órgão.

Particularmente, eu fui bem tratado lá, em caso de atendimento de tirar documentos, tá entendendo? Que tiraram meus documentos todos, que eu tava a sete anos sem documentos. Resolveram meus problemas todos. Agora, pra tomar banho lá, você tomava, trocava de roupa... Mas só que o sistema era o seguinte: chegava muito vagabundo de outra área e começaram a extrair as coisas de lá, e roubar, foi por causa disse que o centro POP acabou, é só isso que eu posso falar (João).

João chega a se referir ao Centro POP mesmo como uma “escola de vagabundos”, visto que oferecia mantimentos, abrigo e vestimenta sem nenhuma contrapartida por parte dos moradores de rua, o que ele considera um erro. Nailson e David alegaram não haver tanto tentativas de reinserção social quanto de exclusão ou higienização social desses indivíduos por parte dos órgãos oficiais. João, no entanto, relatou ter recebido a visita de agentes do Centro POP e visitas esporádicas tanto de membros da Igreja Católica quanto da Universal. Afirmou de maneira bastante enfática que a maior ajuda viria por parte dos universitários. Perguntado a respeito de programas de reinserção por parte do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), o assistente social alegou que especificamente no centro a única assistência era o acolhimento.

A Igreja, aqui, é uma vez ou duas por mês que vem aqui, trazer um pão, um café, alguma coisa. Vem a Católica, a Universal, com pão, bolo. Agora só que é o seguinte, quem ajuda mais a gente aqui são os universitários, eles traz roupa, traz comida, traz calçado, traz até dinheiro. Melhor do que qualquer instituição que tem aqui, eles ajuda a gente mais ainda (João).

Perguntados, os indivíduos em situação de rua, sobre o uso de outras drogas além do álcool, negaram veementemente, a princípio, sobretudo Nailson. Contudo, ao passo que a intimidade era construída, pôde-se observar que o uso de entorpecentes de diversos tipos é parte presente da vida da maioria deles. João, Joselvado, David e Muribeca relataram já terem sido viciados em crack, e que este teria sido um dos motivos do rompimento dos seus vínculos familiares, junto ao uso excessivo de álcool. No local eles relataram também fazer uso de maconha. Com relação ao uso de drogas e repressão policial, João prestou depoimento que nos interessa destacar, visto que retoma mais uma evidência que enfraquece um tanto a hipótese, embora não a refute por completo, dado que, como veremos na próxima seção, comparativamente ainda se configura repressão menor que nos fenômenos sociais dos centros urbanos.

Ninguém nunca chegou pra tirar a gente aqui não, mas eu quero falar uma coisa. Aqui os universitários dia de quinta feira aqui, uma droga desgraçada, a polícia passa e nada, dia de hoje, mais tarde você vê, e a gente as vezes meio de semana aqui, acendo um baseadinho desse tamanho aqui pra fumar, a polícia para a gente, tira onde, oxente?!, é o nosso dia a dia aqui na praça, não precisa isso (João).

Segundo Nailson, a segurança noturna do grupo é feita através de revezamento de vigilância. Alegou-se não haver qualquer problema com a vizinhança e com os policiais, existindo, do contrário, certa cordialidade: a vizinhança, segundo eles, considerava suas presenças positivas por supostamente vigiarem a comunidade, alertando-a contra possíveis criminosos. Nenhum dos entrevistados da comunidade fez menção a algo do tipo, o que nos leva a crer que os indivíduos em situação de rua ou criam mitos sobre a própria condição para se justificarem moralmente (do que se pode supor certa “autoestigmatização” a nível inconsciente) ou ouviram o comentário em alguma ocasião específica.

Os policiais, por sua vez, não os constrangiam com muita frequência, sendo relatado apenas um “baculejo” (revista) em uma ocasião em que não estavam na

praça. David e Nailson pareciam se referir aos policiais com certo ar de camaradagem, pelo que pude interpretar, ocorrendo um ou outro caso isolado de ação mais pungente. O discurso da polícia a esse respeito refletiu o protocolo oficial, como esperado, no qual se alegou que o tratamento para com todos os cidadãos é feito de maneira isonômica (discurso sobre o qual a observação e mesmo o senso comum pôde descartar a legitimidade para a maioria dos casos).

Aí, chegou aqui a viatura, o soldado chegou disse “não, eu não quero vocês em pé, eu quero vocês assim, olhe, todo mundo sentado; vamos fazer o seguinte: seu nome?”, tal, tal, tal, tal. Anotou todinhos. “Eu gosto de vocês, porque vocês me ajuda”. Na noite, quem ajuda eles somos nós, entendeu? A gente faz o seguinte: na hora que acontecer um movimento num estabelecimento comercial desses... (Nailson).

No tocante às relações internas de poder em que se poderia denominar despretensiosamente de comunidade de rua da praça do Rosa Elze, podemos reconhecer o que Martinez (2012) denomina por “banca”¹². Não obstante, diferentemente do que afirma a autora sobre uma suposta falta de rigidez nos laços sociais entre os indivíduos em situação de rua que pesquisou, os atores demonstraram possuir relações de solidariedade forte uns com os outros, relações estas não apenas baseadas em uma certa interdependência orgânica funcional, como descreve a autora a respeito dos moradores de São Carlos.

Em termos de hierarquia e divisão social, pôde-se notar algo próximo de uma liderança em Nailson, que demonstrou ser mais comunicativo e possuidor de um maior *knowhow* das ruas, ainda que seja o que está há menos tempo lá – talvez, precisamente por essa razão. Nailson se demonstrou ligado a questões como higiene e saúde, frequentemente monitorando e auxiliando aqueles indivíduos em situação de rua que se aparentavam mais frágeis e vulneráveis. Antônio, o mais velho, se fazia notar em estado constante de dependência dos outros, relapso com higiene e alimentação. Já David, com um comportamento um tanto mais imprevisível e uma linguagem quase sempre sarcástica e debochada, apresentava uma autonomia maior, embora pouca disciplina. Atribuir um sistema de hierarquia é arriscado, pois que, ao menos em termos de discurso, os moradores parecem resistir a algo desse gênero

¹² Trataremos melhor a respeito na próxima seção.

irredutivelmente. Eles se aproximaram, segundo alegam os próprios, para cuidarem e confortarem uns aos outros.

Nailson mencionou um caso de disputa interna em que, em razão de uma discussão, um deles ameaçou a vida dos integrantes do grupo.

Quando o outro vai dormir, aí fica o reverso. Todo mundo está olhando. Porque já chegou um cidadão aqui dizendo que ia tocar fogo na gente, não foi? Era um amigo nosso. Eu sentei um murro na cara dele. Mas eu vou pedir desculpa a ele. Ele tá pensando que a gente vive na rua a toa, é? A gente tem que ter autodefesa (Nailson).

Com relação às entrevistas e observações junto à comunidade geral habitante da praça do Rosa Elze, pudemos identificar, como já mencionado anteriormente, um comportamento e um discurso conciliador e solidário, quando não de indiferença ou passividade, para com os indivíduos em situação de rua. Nota-se que o indivíduo em situação de rua do Bairro Rosa Elze apresenta certo caráter de invisibilidade por parte do discurso de alguns entrevistados. Nem desejados, nem indesejados.

Cara, assim, eu não sei nem o que dizer, porque tipo, eu tenho, assim, dó, porque fica na rua, tipo chuva, mesmo, os caras não tem onde ficar, fica aí no relento (...). Tem que procurar uma... como dizer... tem que aceitar a ajuda de um órgão, pra não ficar assim. As vezes eles [os indivíduos em situação de rua] chegam aqui e me pedem dinheiro... Às vezes eu não dou dinheiro, eu chego ali na padaria e compro um pão (...). Eu nunca vi ninguém de fora chegar pra ajudar não, nem a polícia tentar expulsar não... Só abordam eles, mas tranquilo (Jeferson).

O depoimento acima, de um jovem funcionário de uma das lojas de construção civil, retrata de maneira singular a constatação anterior. Um dos proprietários dos quiosques que funcionam como bar e lanchonete, Quirino, endossa essa visão de que o indivíduo em situação de rua do bairro Rosa Elze é parte constitutiva do cenário, algo tão normal quanto qualquer outro elemento social ou natural ali presente, nem desejável, nem indesejável até certo ponto.

Pra mim mesmo aqui eles não atrapalham em nada não, não vem aqui perturbar os cliente aqui, eles fica lá, por enquanto não atrapalha em nada não (...). Às vezes algum chega aqui e pede uma “dosinha” e vai embora (...). Eu nunca vi o [CRAS] ou nenhuma entidade do Estado aqui não. Eu tenho doze anos aqui. Também nunca vi a polícia nem morador fazer nada contra eles não. Eles são uns caba que fica sempre de boa lá, bebe a cachacinha deles e não faz mal a ninguém

não (...). A gente sabe que morador de rua todo lugar tem, né? Se a gente pode dar alguma coisa a gente dá, mas se também não pode, deixa pra lá. Não perturbando, ficando lá na deles, tá tudo bom (Quirino).

Um pouco mais distante dessa posição “neutra”, por assim dizer, está Margarete, proprietária de um dos mercadinhos dos arredores, que demonstra em seu discurso solidariedade para com os indivíduos em situação de rua, ainda que ao mesmo tempo se faça perceber certo desejo de que eles saiam dessa condição de rua, por considerá-la degradante. Este seria um dos casos que poderíamos classificar como higienização social por inclusão, e não por exclusão, que é, em última análise, o propósito último dos órgãos estatais de assistência social.

Eu não acho que eles atrapalham o comercio. Eu olho e consigo sentir dó, porque eu acho que deveria ser tomado providencia, né? Acolher, conversar, tentar ajudar, porque eles estão presos a vícios (...). De organizações assim eu só vi a Igreja. Eles vêm, trazem sopa, eu até contribuí aqui com uma moça que veio pedir ajuda porque convenceu um a se tratar (...). A polícia eu nunca presenciei fazer nada com eles não (...). Contribuir com dinheiro, eu não contribuo não, mas eu falo com eles, tento ajudar conversando, porque eles parecem que não veem que estão presos ao que a bebida tá fazendo com eles (Margarete).

Cigano, chaveiro instalado na rua da praça, possui opinião similar à de Margarete. Um ponto interessante em sua fala é a separação do bom morador de rua do ruim, o que nos leva ao entendimento de que há certa humanização da situação de rua, em vez de uma caracterização do morador de rua como essencialmente “vagabundo”, por exemplo.

Eles não têm apoio de ninguém. Inclusive, muitos deles vem me pedir dinheiro pra beber e se alimentar, vão nos restaurantes também. Quem dá mais alimento são os restaurantes próximos aqui (...). Porque eu acredito que os órgãos mais competentes poderiam olha um abrigo para eles, algo desse tipo (...). Polícia eu nunca vi fazer nada não, só passa, dá uma olhada e depois sai (...). Não tem nenhum órgão público que venha, ajude, eu tou aqui todo dia e não vejo (...). Muitos deles têm família. Eles são dependentes né, químicos, que sozinho não tem como sair. Pessoas boas. As vezes os parentes levam, mas depois eles tão de volta. Mas tem uns aí que não são muito confiáveis. Mas os bons, se tivessem apoio, tratamento, com certeza não estariam aí (...). Nunca tive problema com eles, me respeitam muito, eu ajudo sempre, nunca criaram qualquer problema pra comunidade. Eles têm problemas com eles, né? Sempre alcoolizados, drogados... (Cigano)

Na imensa maioria das conversas com universitários que vivem na região, a opinião era próxima a de Margarete, de que esses indivíduos deveriam receber maior assistência do Estado ou buscá-la. Os que se dispunham a falar mais sério a respeito do tema faziam leituras mais abstratas tais que responsabilizavam o capitalismo e a desigualdade social pelo fenômeno. A leitura era em sua maioria menos neutra e a distância subjetiva dos indivíduos um tanto maior, no sentido de que se podia perceber que os universitários se viam mais intensamente como “outros”, como se não fossem parte da comunidade, falando acerca dos indivíduos em situação de rua como o que se dava a entender ser um problema social a se resolver que foi causado por falta de ética e responsabilidade por parte do Estado.

Algumas considerações merecem ser destacadas quanto às observações e entrevistas feitas nesta pesquisa de campo. A primeira delas é a de que as interações entre os indivíduos em situação de rua, a comunidade e os agentes estatais que atuam na praça do Rosa Elze pode ser considerada harmônica. Isto é, os acordos silenciosos a respeito do uso e distribuição dos espaços, tanto do público quanto do privado, são em grande medida respeitados por todos os agentes mutuamente. A segunda delas é a de que a autopercepção média de distância entre os demais sujeitos de pesquisa e os indivíduos em situação de rua aumenta em proporção direta à faixa socioeconômica (no que se inclui sobretudo renda e escolaridade) a que pertencem.

Neste ponto, recuperamos o arcabouço teórico antes debatido nesta dissertação para situar o fenômeno em questão. A partir dessas duas considerações anteriores, podemos inferir que os componentes estruturais que oferecem substrato às interações dos sujeitos de pesquisa acima mencionados se fazem perceber claramente a partir de elementos de ordem socioeconômica como renda e escolaridade, variáveis estas que muito frequentemente possuem correlação direta entre si (SALVATO; FERREIRA; DUARTE, 2010). Esses fatores socioeconômicos, naturalmente, não são a “causa” das ações dos sujeitos em si mesmas, ainda que a sua incidência objetivamente observável permita inferir a correlação antes supracitada. Poder-se-ia alegar que há ainda componentes estruturais de ordem cultural, nos termos que especificamos nos capítulos anteriores¹³, através dos quais

¹³ Ver segundo capítulo.

essa diferença que se faz notar condiciona certa percepção e comportamento por parte dos sujeitos de pesquisa de maneira que suas interações se estabeleçam da maneira tal que alegamos na hipótese.

Habitar as ruas não deve ser observado necessariamente como problema social, afinal, mas, se assim se quiser, uma condição de vida, um gênero de vida. Aquele que habita a rua pode estar ali por razões as mais diversas, mas nem sempre isso é tratado em termos de recusa ou indignação ante a condição de rua, como a investigação pôde evidenciar. De fato, há códigos éticos e solidariedades fomentados para esta modalidade de vida, tal que um modo próprio de habitar, que envolvem relações humanas, materiais e espaciais próprias. O habitante da Praça do Rosa Elze chegou às ruas por recusa a determinado modo de vida que o constrangeu, o que nos leva a crer que habitar as ruas torna-se lícito àqueles que habitam posto que, em suas visões de mundo, uma tal sociedade formal teria usurpado o seu direito à liberdade. Pôde-se perceber mesmo certa postura de revanche ou protesto nas alegações de alguns entrevistados quando perguntados das razões que os levaram às ruas, ditas com semblante rígido, orgulhoso, como se estivessem a se sentir vingados por morarem ali. Há a consciência de que aquela não é a situação usual, no entanto, e se se pudesse falar em algo como uma opção pelas ruas, esta residiria, a meu ver, neste fato.

O conceito de habitar proposto por Kasper (2006) nos serviu bem para demonstrar o modo como os habitantes da Praça do Rosa Elze se relacionam com o espaço por eles apropriado, e como sua adaptação foi constituída plenamente, inclusive de modo organizado. Pudemos, ainda, através de comparações com as análises do autor, notar o quão distintas se dão essas relações em lugares diversos. A cultura material do habitante da Praça se dá em termos de abstenção, talvez de indiferença em certo sentido. Esta é, ainda, uma característica que incorpora toda a população estudada, independentemente de sua origem socioeconômica. Os habitantes da Praça são, como sugeri, neste aspecto, minimalistas, frugais.

Por definição, o indivíduo em situação de rua chega às ruas com uma carga de hábitos e uma identidade, logo tendo de destituir-se de parte dessa carga para agregar novas características. Aquele gênero de vida, tomado por escolha ou por falta de escolha, se apresenta mais suportável ao indivíduo e, embora se possa pensar a sua relação com o restante do mundo social algo problemático para ambos, não e

assim que parece se apresentar para os habitantes da Praça do Rosa Elze, ou, ainda, segundo a descrição dos mesmos, também para aqueles que os cercam.

O conjunto de elementos simbólicos que possibilitaria e asseguraria a vida nas ruas, no caso do morador de rua da Praça do Rosa Elze, parece estar bastante associado à ideia de liberdade. David relata ter sido expulso de casa pelo pai e Nailson ter sido constrangido a sair por conta de desavenças com a esposa. Nailson alegou possuir duas casas e David alegou provir de uma família com algumas posses. O tático, aquele que por alguma razão renegou o *habitus*¹⁴ familiar, foi antes exposto a motivações de ordem subjetiva. Nota-se, no mínimo, com isso, que tais motivações podem ser oriundas de diversos fatores, sendo descartada aqui a hipótese que privilegiaria o desemprego ou a desigualdade social como explicação preponderante do fenômeno. De fato, optar pela rua está quase sempre associado também a uma recusa ao lar, à casa e à família, mesmo que como resposta a uma recusa da família a esses sujeitos. Há aí um duplo movimento.

O discurso que ressurge com recorrência entre a população de rua da Praça do Rosa Elze, é, antes de tudo, o de liberdade. Não me refiro à liberdade de consumo, de mobilidade ou quaisquer recursos de prazer e necessidade típicos que a ampla sociedade poderia proporcionar, mas da liberdade de recusa aos constrangimentos de poder acionados por esta sociedade. Esse é o relato do próprio indivíduo em situação de rua. Ele é livre porquê se define livre, e este parece ser seu traço identitário mais caro, haja vista o número de vezes que é acionado por tais agentes. Habitar as ruas é nascer de novo, restituir-se, recriar-se. Dar novo sentido material e simbólico a si e ao ambiente, daí o bricoleiro, o tático, o experimentalista. E nesse processo podem-se encontrar trajetórias de vida que se cruzam e que dividem uma mesma satisfação e angústia: negar o dado.

Guardadas as devidas ressalvas, podemos afirmar que o indivíduo em situação de rua do bairro Rosa Elze parece encontrar condições bastante favoráveis para apresentar este tipo de discurso no qual a liberdade é o mote central. As observações diretas e indiretas, as entrevistas com a comunidade e os agentes estatais não parecem contraditar essa percepção daqueles indivíduos. Não se trataria, no entanto, e aqui resgatamos o debate acerca da autonomia relativa do indivíduo, de uma escolha racional feita por parte dos indivíduos em situação de rua na qual este

¹⁴ Ver capítulo dois.

indivíduo avaliaria as opções e descartaria deliberadamente este ou aquele estilo de vida porque possui, em seu ideário pessoal, a ideia de liberdade como valor fundamental a ser concretizado em detrimento de, por exemplo, uma vida material mais confortável ou uma maior adequação às expectativas sociais médias. Como anteriormente dito, tanto esse discurso de defesa da liberdade pode ser um recurso psíquico para pacificação interior quanto uma justificação moral de sua posição perante os constrangimentos de familiares e demais sociedade, e sua efetivação só se faz possível dadas as condições de facilitação proporcionadas por uma baixa tensão social externa por parte seja da comunidade seja do Estado. Boa parte deles, como já dito, possuem um lar fixo para o qual poderiam voltar, o que nos faz pensar que além de, como já dito, sua existência nas ruas oferecer pouca resistência por parte de fatores externos e a ausência de um discurso mais ambivalente a respeito da experiência nas ruas, sugerindo o desenvolvimento pessoal de uma maior resistência às investidas de agentes externos contra sua existência enquanto indivíduos em situação de rua do bairro Rosa Elze, tal população considera, de fato, dentro do campo de possibilidades as quais detêm, a rua uma opção satisfatória.

Para fortalecer a nossa hipótese central, a de que, reiterando, nos bairros periféricos, resididos predominantemente por uma população de classe média-baixa a baixa, tais relações acima descritas possuiriam uma configuração esta que, em razão de apresentar uma menor distância socioeconômica entre os indivíduos em situação de rua e comunidade, conseqüentemente o estranhamento e as tensões sociais entre os agentes acima citados e do Estado seriam igualmente menores – isto é, a distância entre os distintos diversos capitais detidos pelos indivíduos de uma mesma localidade é inversamente proporcional à intensidade e frequência dos conflitos entre os mesmos –, tomaremos, adiante, dados e análises da literatura tupiniquim a respeito do fenômeno em questão situado nos grandes centros urbanos para levantarmos uma análise comparativa com o nosso caso específico, no qual os indivíduos em situação de rua estão situados em um bairro periférico.

Indivíduos em situação de rua: o centro e a periferia

Como antecipado no fim da seção anterior, trataremos, nesta seção, de levantar uma análise comparativa entre os dados e análises da literatura nacional a respeito do fenômeno com o qual estamos a trabalhar (relações de poder envolvendo

indivíduos em situação de rua, Estado e comunidade) situado nos grandes centros urbanos contra aqueles por nós colhidos acerca dos mesmos indivíduos situados em um bairro periférico.

De Lucca (2007) lança mão da concepção foucaultiana de poder para tratar das relações entre a população em situação de rua e demais agentes, para o qual “o poder não é atributo, mas relação, feixes abertos de relação de forças. É menos uma propriedade que uma estratégia, e seus efeitos, sempre locais, parciais e situados, são atribuídos ao movimento de disposições, distribuições, manobras, técnicas e táticas” (DE LUCCA, 2007, p. 21). Por extensão, aciona o conceito também foucaultiano de *dispositivo*, entendido “como uma rede articulada de componentes disparatados que possui uma gênese histórica, configurando-se enquanto conjunto de práticas que se conectam mediante relações de força no espaço e no tempo” (DE LUCCA, 2007, p. 24). Justifica o uso destas noções a fim de “apreciar e analisar parcialmente as conexões de sentido e relações de força que atravessam a questão da população de rua, levando em consideração suas mediações com outros processos urbanos” (DE LUCCA, 2007, p. 27).

O autor sugere que em São Paulo, o indivíduo em situação de rua desempenha uma função arquetípica de combate à pobreza, de humanização e civilizacional.

É o que acontece, por exemplo, quando um movimento social começa a se tornar porta-voz desta população e reivindicar seus direitos. Ou então, quando o Estado desenvolve práticas políticas para fazer valer os direitos desta população. Nos dois casos, o discurso estereotípico é acionado, no entanto, os modos pelos quais este se dá é distinto, senão conflituoso e antagônico. Isto apenas para lembrar que a mesma resolução nominal que permitiu a articulação de um sistema político, também permitiu a instalação de toda uma aparelhagem para proteção, reinserção e controle destes mesmos sujeitos na cidade de São Paulo (DE LUCCA, 2007, p. 231).

Temos aí num grande centro urbano o indivíduo em situação de rua sendo tomado enquanto problema social com uma força muito maior, sendo tomado com mais estranhamento. Tal evidencia nos parece suficiente para inferir as causas dessas ações sobre a população de rua como resultado de uma maior diferença socioeconômica entre os agentes sociais. A necessidade de controlá-los, de reduzir as diferenças entre “nós” e “eles” se torna mais pungente, isto é, as implicações de uma certa estrutura social sobre os processos de identificação e diferença.

Kasper (2006) evoca as categorias de estratégia e tática formuladas por Michel de Certeau na análise dos usos das cidades para compreender o fenômeno sobre o qual aqui nos atemos. Segundo Kasper, os moradores de rua agem como táticos, portando-se de modo desviante, contingencialmente, contrapondo-se ao desígnio espacial, institucional, cultural e comportamental esperados pelos sujeitos de poder ou, de modo mais abrangente, pela cultura dominante (esta, por sua vez, lançando mão do uso de estratégias de planejamento e controle). O contraste se encontra na força e no tempo: “as estratégias apostam na resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao desgaste do tempo; as táticas apostam numa hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta” (CERTEAU *apud* KASPER, 2006, p. 15), isto é, os estrategistas apostam na tradição, enquanto os táticos no desvio. Igualmente, há aqui agentes dotados de poder, ainda que assimetricamente, negociando um território, espacial e simbolicamente.

Em São Paulo, um aspecto deste processo, que incide diretamente sobre a vida dos moradores de rua, é o número crescente de locais públicos (geralmente praças) entregue à gestão privada pelos chamados ‘contratos de parceria’. A subprefeitura da Sé, por exemplo, estava oferecendo, em 2005, “190 praças e encostas e outros 43 canteiros centrais ou laterais”⁴⁵ para adoção por empresas, que ganham com isso o direito de colocar publicidade no local, em troca de sua manutenção (KASPER, 2006, p. 204).

Nos grandes centros urbanos, é comum que se observe grande assédio das instituições privadas sobre o espaço público. Naturalmente, é necessário que o ambiente esteja “apto ao consumo” por parte da população economicamente ativa. Por derivação, e como salientado por Zygmunt Bauman e já exposto anteriormente aqui¹⁵, podemos supor que num espaço cujo poder médio de compra populacional seja baixo, consequentemente esse não atrairá tal assédio e consequente necessidade de higienização social, bem como não atrairá interventores públicos estatais e organizações civis lutando pelo poder e controle sobre o espaço e o gerenciamento da população. Na praça do Rosa Elze, desse modo, os “táticos” se veem mais livremente permitidos a operar mudanças sobre o espaço público. O planejamento urbano em bairros de periferia não se vê concretizado na prática e as disputas materiais e imateriais são também menos tensas, porque a comunidade local não se constitui de certa socialização que os forneça expectativas simbólicas

¹⁵ Ver capítulo dois.

(estéticas e arquitetônicas) específicas que os motivem a pressionar o poder público nesse sentido (BOURDIEU, 2007), e, ainda que o tivessem, não haveria garantia de atendimento por parte do Estado dado que não se trataria de espaço economicamente vantajoso em termos de mercado consumidor (HARVEY, 1992).

Segundo Martinez (2011), ao tratar dos modos de sobrevivência e resistência nas ruas utilizados pelos *pardais*¹⁶, afirma que os mesmos se valem da formação de *bancas*, que estariam associadas (a) à tentativa de proteção ante a possíveis atentados violentos, (b) compartilhamento de psicotrópicos, (c) zona de interconexão entre moradores de rua e agregados, o que deverá incorrer em mudanças esporádicas no quadro de composição da *banca*, mas que possibilitará o estabelecimento de algo como uma rede social (um número maior de indivíduos agregados, mesmo que relativamente disperso – ou por menor que seja o seu grau de formalidade organizacional –, há de possibilitar um maior número de conexões), facilitando a obtenção de recursos para sobrevivência. Ressalta-se que a *banca* não deve ser confundida com o indivíduo: constitui tática de sobrevivência não tão próxima a algo como uma organização social propriamente dita, mas que possuiria códigos próprios, a exemplo do princípio de divisão horizontal do que é coletado. Noutro aspecto, Martinez nota haver uma delegação de respeito maior por parte do grupo àqueles que fazem maiores aquisições – posteriormente coletivizadas –, o que poderia implicar na constituição de relações verticais mesmo que sutis. Sob certo aspecto, a *banca* seria, em partes, também forma de sociabilidade substituta à familiar (de fato, o contato com as *bancas* antecede em muitos casos a opção pela situação de rua). Do que pudemos observar acerca dos indivíduos em situação de rua do bairro Rosa Elze, uma organicidade dessa complexidade não se faz presente. Temos, como dito anteriormente, um ou outro indivíduo com maior autonomia e lucidez, por assim dizer, que apoia com mais frequência o restante, mas a população de rua de modo geral é assistida pela comunidade: por entidades religiosas, por universitários, por comerciantes e moradores locais e pelo Centro POP. Essa menor necessidade de uma organização mais complexa pode estar associada a uma menor dificuldade de sobrevivência de modo geral, porque há menos tensões no espaço vivido pela população de rua periférica.

¹⁶ Categoria autorreferente para designar indivíduos em situação de rua de São Carlos/SP, que instalam-se em locais por tempo duradouro o quanto possível.

Sobre os riscos de habitar as ruas, Kasper tenta abordar o sentido político do combate ao morador de rua, sob os eixos de uma *biopolítica* e de uma *geopolítica*, ambas ligadas ao que denominará por modo de dominação neoliberal. A hipótese figura a existência de “uma multiplicidade de práticas, mais ou menos organizadas e agindo em escalas diversas, cada uma segundo sua lógica própria, porém apontando para uma direção comum, que é o extermínio da população de rua” (KASPER, 2006, p. 193). Diferentemente da conceptualização pensada por Foucault para o século XIX, a biopolítica contemporânea, não mais dependente de mão de obra industrial, mas de consumidores ativos, deixa de se preocupar com a inserção e regulação dos corpos para o bom funcionamento da máquina produtiva do Capital, e passa então a fomentar formas de eliminação do excedente de “corpos inúteis”.

Os pobres de hoje não são mais as “pessoas exploradas” que produzem o produto excedente a ser, posteriormente, transformado em capital; nem são eles o “exército de reserva da mão de obra”, que se espera seja reintegrado naquele processo de produção de capital, na próxima melhoria econômica. Economicamente falando (e hoje também governos politicamente eleitos falam na linguagem da economia), eles são verdadeiramente redundantes, inúteis, disponíveis, e não existe nenhuma “razão racional” para a sua presença contínua... A única resposta racional a essa presença é o esforço sistemático para excluí-los da sociedade “normal” (BAUMAN apud KASPER, 2006, p. 195).

Os “moradores de rua” seriam a encarnação da pobreza na contemporaneidade, não sendo tratados como cidadãos, sujeitos de direito, mas apenas como corpos. O autor cita uma lei americana “*anti-homeless*” que criminalizava o uso dos espaços públicos para fins privados vitais, tais quais dormir, comer, cozinhar, banhar-se, deitar-se etc., de modo a tornar a vida de um sem-teto, ou mais precisamente um não-consumidor, delituosa. Outro artifício orientado para repelir o morador de rua através do corpo e seus processos vitais, inserido no que categorizou mais acima por geopolítica, é a estratégia conhecida por “arquitetura antimendigo”, na qual o espaço urbano é projetado de modo a dificultar a habitação de moradores de rua, contendo aparatos “tais como sprinklers instalados nas marquises, bancos concebidos para não permitir a posição deitada, barreiras de todos os tipos, substâncias viscosas espalhadas no chão” (KASPER, 2006, p. 196), entre outros (FRANGELLA, 2004, p. 250). Mais um aspecto curioso pertencente ao escopo de ações de limpeza social são os frequentes casos de impunidade dos agressores da população de rua, quando não

da agressão protagonizada pelo próprio Estado através da força policial. A violência parece ser permitida, no Brasil, quando associada à pobreza, como se se tratasse de um “estado de exceção”. Todas essas descrições vão de encontro ao observado no caso da população de rua do bairro Rosa Elze, como já descrito na seção anterior. Observam-se raríssimos casos de violência e na maioria dos casos a população preza pela população.

A localização na qual se opta (ou não) por habitar apresentará características que influenciarão no modo como o morador de rua construirá sua adaptabilidade. Entre os fatores relevantes, Kasper (2006) indica a presença de espaços apropriáveis, a proximidade de instituições as quais se pode recorrer, a presença de recursos coletáveis (papelão, lixo, entre outros), água e boa vizinhança. A visibilidade ou exposição da qual o local dispõe pode resultar tanto em repressão (a sociedade contra os “invasores”) quanto em restrições (o isolamento afasta o morador de rua da possível solidariedade social), de caso a caso. A permanência no lugar também poderá ser variável, ainda que se note uma maior proximidade do nomadismo que do sedentarismo, por razões evidentes. Kasper qualifica os moradores de rua, quanto a esse ponto, pelo que denomina modos de permanência, entre (a) persistentes, os quais permanecem mais de um ano no mesmo local; (b) deslocados, caracterizados por remoções periódicas, de permanência normalmente mensal, variando entre locais normalmente próximos uns dos outros; (c) alternantes, estes que possuem uma “casa”, geralmente numa favela distante do centro, mas habitam as ruas do centro por conta do trabalho informal que lhes garante sustento, ou noutro caso, moradores de albergues expulsos por uma ou outra razão; (d) itinerantes, incluindo os *trecheiros*, que circulam intercidades (KASPER, 2006, p. 83-86). Ao observarmos os indivíduos em situação de rua do bairro Rosa Elze, notamos que todas as condições acima especificadas para permanência no local se vêm cumpridas, colocando tal população dentro da categoria kasperiana de “persistentes”. No entanto, para sermos justos, quando comparados à população estudada por Kasper, seria mais justo categorizá-los como “inertes”. Alguns dos indivíduos observados na praça do Rosa Elze estão lá há mais de 10 anos, como é o caso de Muribeca e Antônio.

Kasper lança mão, ainda, da categoria de *corpo abjeto* para qualificar o modo como o morador de rua é visto pela população média, na qual se inserem ideais como os de prevenção e combate à propagação de doenças, por exemplo. Há ainda tipificações associadas a estes indivíduos tais como vagabundos, loucos, sujos,

perigosos e coitados, podendo variar de acordo com o estereótipo figurado por cada indivíduo – estando em polos opostos de uma extensa paleta de variações, por exemplo, o mendigo e o catador de lixo, o primeiro sendo visto como algo execrável em todos os sentidos e o ultimo sendo redimido por sua condição de trabalhador, ainda que informal (KASPER, 2006, p. 201-203). São muito raras as ocasiões em que tais formas de estigmatização se fazem perceber entre a população de rua alvo de nossa pesquisa. Na maioria dos casos, quando não são vistos indiferentemente, como já explicitado, são vistos como necessitados, dignos de piedade.

É necessário acrescentar que, além da pouca infra-estrutura oferecida pelos albergues, a família não tem interesse nesses espaços transitórios. Ainda que a rua também seja marcada como uma passagem efêmera, a tentativa das famílias é a de procurar espaços – particularmente embaixo de viadutos – para montar suas habitações, expressando um desejo de se manterem unidos, perambular menos, e de buscar suas próprias fontes de subsistência. Essa insistência em permanecer no espaço aberto da rua os torna alvo de “maior repressão institucional”, justamente por ser, para o controle urbanístico e social, a permanência do modelo familiar impensável nas ruas (FRANGELLA, 2004, p.199).

Os indivíduos em situação de rua descritos por Frangella (2004) estão dispostos em relações um tanto mais complexas, com divisão de trabalho, desavenças, pequenos grupos que se formam por afinidade eletiva, favores trocados, relações de confiança mais frágeis etc. No caso dos indivíduos da praça Rosa Elze, a troca com a comunidade local é muito mais assídua e orgânica. Não se afirmar haver uma comunidade independente entre os indivíduos em situação de rua da praça do Rosa Elze que precisasse resistir a uma tal “repressão institucional” e é completamente isolada pela comunidade.

Do ponto de vista de um espaço público apropriado pelo morador de rua, se comparado às realidades descritas pelos estudos em cidades como São Paulo e Belo Horizonte (KASPER, 2006; MENDES, 2007; MARTINEZ, 2012; FRANGELLA, 2004), a praça do Rosa Elze se constitui lugar privilegiado em termos de acesso a recursos e hospitalidade. Podemos associar as práticas do morador de rua rosa-elzeano às categorias de apropriação, instalação e incorporação que constituem o conceito de habitar proposto por Kasper (2006), embora aquele pareça não ser tão inventivo ou criativo quanto o morador de rua paulistano. Poderíamos dizer, mesmo, que, comparativamente, o morador de rua rosa-elzeano é um minimalista, que preza pela

“simplicidade arquitetônica”, ou ainda que age de maneira parcimoniosa, se atendo apenas ao que é imediata e estritamente necessário.

Não há grandes rearranjos e reversões em termos de vida prática, tecnologia e territorialidade: poucas transformações de fatores adversos em positivos (talvez mesmo pelo não reconhecimento da intensidade de tais “fatores adversos” – dos poucos que pude observar e que me foram relatados – e poucas alterações substanciais no espaço dado. Se tomarmos o conceito de Kasper (2006) e Martinez (2012) de habitar relacionado às técnicas e usos espaciais, tangenciados pela noção de bricolagem levi-straussiana disposta em Kasper (2006), perceberíamos uma inserção criativa tímida, em termos estritamente materiais, do morador de rua roseleano no espaço habitado, isto é, que construam algo para além daqueles hábitos já prescritos na própria condição de rua – fazer de uma praça habitat; do chão mesa, cama, cadeira, banheiro; isto é, nos termos de Certeau (*apud* KASPER, 2006), alterar o uso padrão, estratégico, através de uma ação tática, de modo a adequar o espaço público às suas necessidades privadas e conseqüentemente retirá-lo de sua função estratégica (institucionalmente planejada). Não obstante, temos o banco¹⁷ do fundo de automóvel, que é utilizado tanto como cama quanto como sofá, um contraponto a essa timidez. Os colchões¹⁸, embora não estejam em um quarto de uma casa ou apartamento, ainda cumprem sua função original popularmente designada (embora o arranjo em que se disponham não se configure de tal modo). Acrescente-se que não há, de acordo com entrevistas feitas com transeuntes da praça, estranhamento quanto aos itens dispostos fora de sua localização inicialmente planejada. As reações são predominantemente de indiferença, como se isso não fugisse ao que se pudesse esperar desses indivíduos em situação de rua ou como se não houvesse, para aquele espaço, qualquer constrangimento que lhes comovesse a indignar-se ou compadecer-se com a “tática” desses indivíduos.

A respeito das condições de cidadania possíveis aos moradores de rua, Kasper (2006) elenca três variáveis próprias àqueles domiciliados como parâmetro analítico, quais sejam a presença de um endereço, a conexão com uma série de redes (água, luz, telefone, esgoto etc.) e a garantia constitucional de soberania sobre a propriedade domiciliar. No primeiro caso, do endereço fixo, o autor observou o recebimento de correspondências através de “casas de convivência”, na qual residiriam amigos e

¹⁷ Ver Anexos

¹⁸ Ver Anexos.

parentes. No segundo, das redes tecnológicas, isto acarretaria problemas aos moradores de rua, no instante em que toda a distribuição e acesso a tais tecnologias estão restritas aos domicílios. No terceiro, a falta de garantia territorial, os moradores de rua estão submetidos a ter seus pertences extraviados tanto por via legal, efetuada pelo *rapa*, quanto por via ilegal. Há ainda o risco de agressão física no período de sono, por conta da ausência de proteção física e policial. Como já exposto na seção anterior, estes constrangimentos são significativamente reduzidos no caso do fenômeno específico tratado neste trabalho.

Tais elementos discutidos nos trabalhos dos autores acima elegidos e aqui expostos comparativamente à realidade dos indivíduos em situação de rua da praça Rosa Elze nos parecem o suficiente para reafirmar a hipótese confrontada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o objetivo desta pesquisa, qual seja, reiterando, a compreensão das relações de poder entre a população de rua do bairro Rosa Elze, a comunidade local e os agentes estatais de repressão e assistência social locais, através da reflexão acerca das condições relacionais (estruturais e de agência) que determinam a autonomia do indivíduo em sociedade; do mapeamento de hábitos e discursos que nos permitam identificar que tipo de processos identitários se expressam no lugar e incidem sobre sua demarcação espacial e social; da identificação de bens materiais e imateriais em disputa entre os sujeitos de pesquisa e da análise dos mecanismos de poder entre os sujeitos de pesquisa através de análise comparativa empírico-teórica e bibliográfica do problema de pesquisa, foi devidamente alcançado.

Para além disso, buscamos, nessa dissertação, concatenar duas dimensões de análise que costumam estar separadas, quais sejam as dimensões interacional e estrutural, a partir da corrente conhecida como sociologia relacional, cujos princípios gerais podem ser encontrados no artigo do sociólogo americano Mustafa Emirbayer, conhecido como um dos maiores defensores dessa perspectiva epistêmica, citado nas referências bibliográficas abaixo.

Uma crítica que pode ser feita a este trabalho é a de que optamos por tratar mais do que o necessário de questões abstratas, teóricas, metodológicas e epistêmicas, enquanto deixamos a pesquisa empírica, a produção de dados sobre o fenômeno social em situação deficitária. A esse respeito, justificamos tal escolha precisamente por considerarmos que os princípios axiomáticos que norteiam os dados são de maior importância que os dados em si, tal que recomenda Pierre Bourdieu e Wright Mills¹⁹. Procuramos sintetizar, neste trabalho, com o maior grau de objetividade que pudemos, os pontos nevrálgicos das concepções mais abstratas e mais empíricas de maneira que o problema de pesquisa ao qual nos debruçamos pudesse ser adequada e precisamente respondido, sem sobras e sem excessos.

Portanto, ao partirmos do pressuposto de que se faria absolutamente necessário esmiuçarmos o porquê de considerarmos a estrutura social elemento inextricável à compressão de relações de dimensão interacional, e sobretudo porque tomamos uma

¹⁹ Ver terceiro capítulo.

noção que detém uma carga de elementos históricos e estruturais tal qual a noção de identidade, julgamos que tal operação, ainda que possa ser considerada pouco comum, se faz aceitável e mesmo ponto a ser trazido ao debate acadêmico. De outro modo, aqueles dados empíricos mais significativos, acionados aqui por objetivamente esclarecerem o nosso problema específico de pesquisa, serão muito melhor compreendidos com ajuda deste direcionamento mais axiomático e abstrato de suporte do que por uma profusão de detalhes assessórios e tergiversantes acerca dos sujeitos e objeto de pesquisa. Dito isto, reitero que não intencionamos, aqui, por opção deliberada, elaborar uma coleta de dados geral acerca do tema população em situação de rua para traçar um panorama amplo e então nos debruçarmos sobre o nosso problema em específico. Em vez disso, preferimos, do que tange ao caráter mais empírico, tanto recolher aspectos da literatura nacional acerca do tema que possuíssem intersecção com o nosso problema específico de pesquisa quanto, outrossim, trazermos dados coletados por meio de entrevistas e observações já depurados e que tivessem relação estrita com o problema.

O fenômeno social da população de rua pode ser entendido sob diversos ângulos, tanto em termos de causas de incidência quanto em termos de *modus operandi*. Pode-se elencar fatores tanto econômicos quanto biopsicossociais²⁰ de diversas ordens que explicam e elucidam os distintos problemas sociais e sociológicos a seu respeito. Uma vez que optamos, aqui, por entender, tão objetivamente quanto possível, como se operacionalizam as relações de poder entre os sujeitos de pesquisa acima especificados, inseridos em uma certa conjuntura estruturada²¹, por meio do acionamento da identidade, descartamos a coleta de dados biográficos e legislatórios mais densos a respeito dos mesmos, nos atendo mais às suas posições sociais, disputas materiais e imateriais e discursos autoreferentes e heteroreferentes²², a fim de contrapormos às práticas efetivas nas relações de poder entre os sujeitos de pesquisa no intuito de mapearmos o aparato imaterial (simbólico, moral, cultural) que subsidia e justifica tais práticas. Os aspectos biográficos estruturantes que consideramos mais relevantes para trazermos à tona foram os de renda, trabalho e escolaridade, que são dados mais objetiváveis em termos de inferência de correlações.

²⁰ Fatores que envolvem preconceito familiar, doenças psíquicas, dependência química, problemas conjugais, entre outros.

²¹ Ver segundo capítulo.

²² Ver capítulo três.

Pudemos, desse modo, a partir desta empresa, positivar a hipótese inicialmente confrontada, de que nos bairros periféricos²³, resididos predominantemente por uma população de classe média-baixa a baixa, tais relações de poder ao longo desta dissertação esmiuçadas possuiriam uma configuração esta que, em razão de apresentar uma menor distância econômica e cultural entre os indivíduos em situação de rua e a comunidade, consequentemente o estranhamento e as tensões sociais entre os agentes acima citados e o Estado seriam igualmente menores. Isto é, a distância entre os distintos capitais detidos pelos indivíduos de uma mesma localidade é inversamente proporcional à intensidade e frequência dos conflitos entre os mesmos.

²³ Incurremos em tal generalização por acreditarmos que são as características estruturais que subsidiam as práticas mais localizadas, como justificado teoricamente no segundo capítulo, do que se permitiria deduzir que essa hipótese viesse a se repetir em quaisquer bairros com as mesmas características socioeconômicas.

6 REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. Usos e Abusos do Estudo de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, set./dez. 2006, p. 637-651.
- ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999. p. 23-89.
- ARACAJU (SE). PREFEITURA DE ARACAJU. Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. **Caracterização da População em Situação de Rua no Município de Aracaju/SE**. Aracaju, 2007.
- ARANTES, Antônio A. *Patrimônio Cultural e Cidade*. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (Orgs.). **Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009. Cap. 1, P. 11-24.
- ARCHER, Margaret S. Realismo e o problema da agência. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 6, p. 51-75, 2014.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **São Cristóvão/SE**, 2013. Disponível em: < http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-cristovao_se>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
- BARBOT, J. Construir uma Entrevista de Face a Face. In: PAUGAM, S. **A Pesquisa Sociológica**. Vozes, Petrópolis, 2015, pp. 102-123.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, 110 pág.
- _____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- BERTHELOT, Jean Michel. Os novos desafios epistemológicos da sociologia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 33, p. 111-131, set. 2000.
- BOURDIEU, P. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. O conhecimento pelo corpo. **Meditações pascalianas**, p. 113-144, 2001.

_____. **Esboço de uma teoria da prática** – precedido de três estudos sobre etnologia Cabila. Oeiras: Celta, 2002.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BROGNOLI, Felipe Faria. Trecheiros e pardais: trajetórias nômades. **Travessia**, v. 27, p. 29-32, 1997.

BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua**. Editora Garamond, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

CHAUVIN, S.; JOUNI, N. A Observação Direta. *In*: PAUGAM, S. **A Pesquisa Sociológica**. Vozes, Petrópolis, 2015, pp. 124-140.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 1. ed. Bauru: EDUSC, 1999.

DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento**: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 2007.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUVAL, J. Analisar de um espaço social. *In*: PAUGAM, S. **A Pesquisa Sociológica**. Vozes, Petrópolis, 2015, pp.218-237.

ELIAS, Norbert; FERREIRA, Maria Luisa Ribeiro (Trad.). **Introdução à sociologia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008. 204 p.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2000. 224p.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. A civilização como transformação do comportamento humano. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, v. 1, p. 277, 1994.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. **American journal of sociology**, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.

ENNES, Marcelo; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, v. 16, n. 35, 2014.

FIRDION, J. M. Construir uma amostra. *In*: PAUGAM, S. **A Pesquisa Sociológica**. Vozes, Petrópolis, 2015, pp. 67-84.

FONTENELE, Mariana. **Aracaju tem aproximadamente 400 moradores de rua**. G1 Sergipe (Aracaju, SE). 9 de Agosto de 2013. 01 de Fevereiro de 2014 <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/08/aracaju-tem-aproximadamente-400-moradores-de-rua.html>>.

FORTUNA, Carlos. *Cidade e Urbanidade*. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (Orgs.). **Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009. Cap. 6, P. 83-97.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo**. 2004. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

GEHLEN, Ivaldo; SCHUCH, Patrice. Desafios metodológicos ao estudar populações “em situação de rua”. **A Rua em Movimento**, p. 27, 2012.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. Trad. Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEINZ, F.; CODATO, A. A Prosopografia explicada por cientistas políticos. In: **Como Estudar Elites**. Curitiba, Editora UFPR, 2016, pp. 249-178.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São Cristóvão/SE**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/sao-cristovao/panorama>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

ISRAEL, L. O uso de arquivos em sociologia. In: PAUGAM, S. **A Pesquisa Sociológica**. Vozes, Petrópolis, 2015, pp.141-155.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. Campinas: UNICAMP, 2006.

LALLEMENT, Michael. **História das idéias sociológicas. De Parsons aos contemporâneos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2. Ed., Campinas: UNICAMP; São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

MASSEY, Doreen. *Um Sentido Global do Lugar*. In: ARANTES, A. A. (org). **O Espaço da Diferença**, Campinas: Papirus, 2000. Cap. 8. P. 176-185.

SALVATO, Marcio Antonio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes; DUARTE, Angelo José Mont'Alverne. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. **Estud. Econ.**, São Paulo , v. 40, n. 4, p. 753-791, Dec. 2010 .

MARTINEZ, Mariana Medina. **Andando e parando pelos trechos: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos**. São Carlos: UFSCar, 2012.

MENDES, Mariana Vilas Boas. **Os moradores de rua e suas trajetórias**. Mariana Vilas Boas. BH, 2007.

MILLS, C. W. Do Artesanato Intelectual. In: **A Imaginação Sociológica**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NEVES, Delma Pessanha. **DOSSIÊ: Categorizações Deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (Mendigos, vagabundos, população em situação de rua)**. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, n. 29, 2011.

PARIZOT, I. A Pesquisa por Questionário. In: PAUGAM, S. **A Pesquisa Sociológica**. Vozes, Petrópolis, 2015, pp. 85-101.

SAFI, M. A dimensão temporal dos fatos sociais: a pesquisa longitudinal. In: PAUGAM, S. **A Pesquisa Sociológica**. Vozes, Petrópolis, 2015, pp.253-269.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 187-192, 2000.

SELZ, M. O Raciocínio estatístico em sociologia. In: PAUGAM, S. **A Pesquisa Sociológica**. Vozes, Petrópolis, 2015, pp. 202-217.

VAN de VERDE, C. & PAUGAM, S. O raciocínio comparatista. In: PAUGAM, S. **A Pesquisa Sociológica**. Vozes, Petrópolis, 2015, pp. 209-304.

VANDENBERGHE, Frédéric. Cultura e agência: a visão "de dentro". **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 130-163, abr. 2016.

ZUKIN, Sharon. *Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Culturas e Poder*. In: ARANTES, A. A. (org.). **O Espaço da Diferença**, Campinas: Papius, 2000. Cap. 4. P. 79-103.

ANEXOS**Figura I**

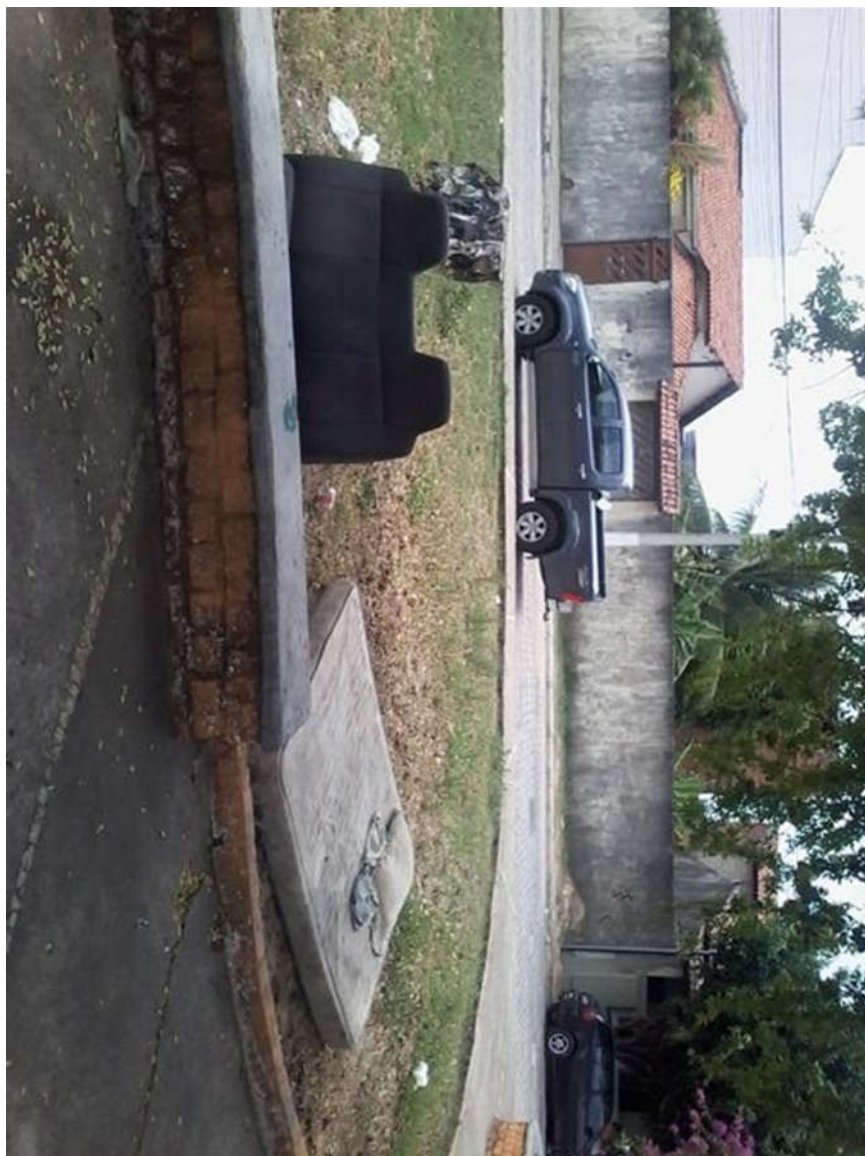


Figura II



Figura III



Figura IV



Figura V